

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO



É O FIM DA PROTEÇÃO SOCIAL?

PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA
AMEAÇA SEGURIDADE DOS BRASILEIROS

.....
INTOLERÂNCIA

Crise no sistema carcerário evidencia
discurso de ódio no país

.....
AGROTÓXICOS

Nova avaliação de risco minimiza
sinais de contaminação crônica

Caminho das pedras

Jogos auxiliam quilombolas na conquista de suas terras

Ludmila Silva*

Vinte e nove anos depois de a Constituição de 1988 ter assegurado o direito de propriedade aos territórios quilombolas, apenas 165 das mais de duas mil comunidades existentes no Brasil foram tituladas. Um processo lento, complicado e com muitos caminhos a serem seguidos. Uma luta permanente, que é descrita nos materiais didáticos produzidos pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, que os distribui gratuitamente para organizações em todo o país, e os utiliza em oficinas de formação promovidas nas comunidades quilombolas. “Nós esperamos que, ao término das oficinas, homens e mulheres quilombolas sintam-se mais fortalecidos para prosseguir na luta pela proteção de seus territórios”, disse à *Radis* Lúcia de Andrade, antropóloga e coordenadora executiva da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A comissão, fundada em 1978, é uma Organização Não Governamental que tem como objetivo assegurar os direitos territoriais, culturais e políticos das populações indígenas e quilombolas do país. Uma das diversas maneiras encontradas para assegurar esses direitos é ampliar o conhecimento destes grupos por meio da produção de materiais didáticos. Os materiais, produzidos desde a década de 90, servem como ferramentas para as comunidades se apropriarem de temas que lhes dizem respeito, como o direito à propriedade das terras coletivas e as normas para sua titulação. Apresentados de forma lúdica, os materiais facilitam a compreensão do assunto. Seja com um jogo de cartas ou utilizando a brincadeira “amarelinha”, os participantes compreendem quais os passos necessários para chegar à demarcação e à titulação das terras. “Os procedimentos para regularização das terras quilombolas são bastante complexos e nossa preocupação tem sido ‘traduzir’ as normas em uma linguagem que possa ser melhor compreendida”, explicou Lúcia.

A ideia de utilizar materiais didáticos para a propagação de informações para as comunidades quilombolas surgiu, segundo Lúcia, a partir da necessidade de divulgar o direito assegurado, na época recém conquistado, tanto junto aos quilombolas quanto aos agentes do poder público, e também para promover uma maior reflexão sobre como assegurar sua efetividade. Além dos materiais didáticos lúdicos, a Comissão prepara também publicações, boletins e cartilhas que ficam disponíveis para download, leitura *online* e venda nos sites, de maneira que a população em geral também conheça os processos referentes à garantia de terras para os grupos quilombolas e demais populações vulneráveis, direitos muitas vezes ameaçados e pouco respeitados.

“Aprendemos por onde começar”, relatou à Lúcia uma liderança quilombola do Pará, quando avaliou uma das oficinas de formação. “Ele nos explicou que foi na oficina que aprendeu como exigir junto aos órgãos de governo a titulação de suas terras”, disse a integrante da comissão. O trabalho junto aos quilombolas, que tem um pouco mais de duas décadas, já proporcionou muitas conquistas. Uma delas foi registrada em 1995, quando o Quilombo Boa Vista, em Oriximiná (PA), foi o primeiro a receber a titulação de terra no país. Conquista que foi possível pela seriedade do trabalho da Comissão Pró-Índio de São Paulo junto ao de outras instituições que estão igualmente engajadas na justiça e no tratamento igualitário da população quilombola, na sociedade brasileira. O processo, da luta pela terra até a sua conquista, reúne muita informação, conhecimento e histórias que, para Lúcia, rendem muitas descobertas e trocas de saberes. “Nunca é um processo de “mão única”, e sim uma troca onde também aprendemos com nossos parceiros e parceiras quilombolas”, informou. Saiba mais: www.cpis.org.br/terras/html/boletim.aspx e www.quilombo.org.br/publicacoes



FOTOS: DIVULGAÇÃO

FOTOS: REPRODUÇÃO / CPISP



*Estágio Supervisionado

Em defesa do direito à vida

O ano ainda nem bem começou e graves ameaças já tiram o sono da população brasileira. A começar pela reforma da previdência, proposta pela PEC 287, que tramita no Congresso e é grave ameaça para o Estado de bem-estar social, conquistado na Constituição de 1988. As mudanças em curso no Congresso são um ataque ao maior programa de redistribuição de renda da América Latina e afetarão a economia de pequenas e médias comunidades e a vida de aposentados e trabalhadores, aprofundando a desigualdade e reduzindo oportunidades.

Propalando a grande mentira do déficit previdenciário, sem antes abrir um necessário debate com a sociedade, o governo foca na redução das aposentadorias, aumento do tempo de contribuição e da idade, restrição de pensões, estrangulamento da assistência social para idosos, deficientes e trabalhadores do campo (cuja média de sobrevivência é de apenas 55 anos) e a referência do salário mínimo, que funciona como um balizador econômico e social para as aposentadorias e pensões. Esta é uma opção perversa, já que não mexe em medidas de ajuste para o grande capital (ao contrário, o beneficia, com o estímulo à contratação de planos previdenciários) e prejudica a população mais vulnerável.

Em apenas 10 dias, as mortes de 130 internos nas cadeias do país escancararam a incapacidade do poder público de gerar políticas de segurança que possam ir além do encarceramento em “estufas de

modificar pessoas e comportamentos” — e que passam a ser centros de formação de criminosos, já que colocam num mesmo ambiente, presos que nem foram julgados e outros de baixa periculosidade que poderiam cumprir pena alternativa. É a sanção penal ganhando função vingativa e retributiva que se materializa no comportamento de pessoas comuns e até de autoridades que acabam aplaudindo e desejando mais mortes nos presídios.

Esta é uma face cruel do conservadorismo que acirra a indiferença e a intolerância para um convívio com as diferenças, que gera condutas de dominação e agressão, principalmente contra mulheres. É também uma face cruel que coloca a violência como artigo a ser consumido por espectadores de todas as idades nas televisões abertas, gerando mais violações de direitos fundamentais, como o da privacidade e da dignidade.

A frase proferida pelo antropólogo Darcy Ribeiro, em 1982, que dizia “Se os governadores não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”, mostra o quanto sua advertência continua atual, depois de 35 anos. É por isso que Radis a reproduz em suas páginas, com o objetivo de suscitar o debate sobre a importância de nossa sociedade fazer escolhas políticas que possam diminuir as injustiças e exclusões sociais. O direito à vida, nosso bem maior, agradece.

Justa Helena Franco

Subcoordenadora do programa Radis

CARTUM



Expressões e Experiências

• Caminho das pedras 2

Editorial

• Em defesa do direito à vida 3

Cartum

3

Voz do leitor

4

Súmula

5

Toques da Redação

9

Violência contra a mulher

• O nome correto é feminicídio 10

Chacinas na mídia

• Discurso de ódio 12



Sistema carcerário

• Quando a liberdade é exceção 15

Capa | Seguridade social

• Sem proteção 17

• Envelhecer não é um fardo 22

• Não existe déficit 23

Comunicação

• Violações na tela 24

• Entrevista - Daniele Toledo do Prado: "Mãe é inocente" 27

Memória

• O criador da Atenção Primária 29

Simbravisa

• Aquele 1% 30

• O gosto amargo do cigarro 32

• Entrevista: Agenor Álvares: "Indústria do tabaco é nefasta" 33

Serviço

34

Pós-Tudo

• A saga do pezinho 35

Capa: Arte de Felipe Plauska

RADIS . Jornalismo premiado
pela Opas e pela Asfoc-SN



Vozes plurais



Adorei a reportagem “Voz no Plural” (Radis 170). Infelizmente a notícia não foi das melhores, tendo em vista que o governo Temer tenta desmontar a EBC. Ainda assim reitero que adoro e assisto à programação da TV Brasil, especialmente o Repórter Brasil, com a negra mais competente deste gênero; Samba na Gamboa e Estação Plural, com o grandioso trio. Parabéns também, *Radis*, pelas matérias “Pro mundo ficar Odara” e “Carandiru”. Quando recebo a revista fico ansioso para lê-la, pois sei que é fonte de informação segura.

• Justino Cosme Santos, Santa Maria da Vitória, BA

Gostei demais do texto de Ludmila Silva sobre a Instituição Odara (Radis 170). Precisamos apoiar todas as instituições e iniciativas deste tipo. Sou carteiro e coloquei o texto no meu local de trabalho. Faço um curso de afroempreendedorismo e vejo a carência de afrodescendentes nessa área também. Escrevi o livro “A pedagogia da invenção e os ambientes de inovação — Como e onde angariar dinheiro e/ou recursos para os seus projetos, inovações ou invenções sem ser enganado”, e gostaria de saber como devo proceder para anunciá-lo nesta prezada revista.

• Amador Madalena Maia, Contagem, MG

R: *Justino! Conte conosco na luta em defesa da comunicação pública!. Amador, você pode nos enviar o livro (ou o link para sua versão digital) para análise. O nosso endereço você encontra abaixo, na seção “expediente”. Um abraço! Obrigado.*

Distúrbios do sono

Gostaria de parabenizar a *Radis* pela matéria “Sono de verdade”, publicada na edição de outubro de 2016. No ensejo, solicito informar os endereços e contatos das unidades de saúde do SUS, na área do Grande Rio, que realizam tratamento para distúrbios do sono.

• Gelson Luiz Moura Brasil, Rio de Janeiro, RJ

R: *Gelson, como foi informado na matéria, o atendimento inicial é feito nas Unidades Básicas de Saúde e, quando necessário, o paciente é encaminhado para atendimento em uma unidade especializada. Sugerimos que procure orientação em uma UBS, em sua cidade, antes de recorrer a uma unidade especializada.*

Publicações acadêmicas

Sou enfermeira, especialista em Cuidados Paliativos e gostaria de saber se vocês têm interesse de publicar minha tese

de conclusão de curso, cujo título é “Diagnostico de enfermagem em cuidados paliativos na atenção domiciliar”. Para mim será um privilégio publicar meu TCC nessa conceituada revista e dividir com seus leitores meus estudos e experiência.

• Vânia Costa, Ipatinga, MG

R: *Vânia, obrigado pelo contato. Radis não é uma revista científica, mas sim jornalística, que não publica trabalhos acadêmicos.*

Piaba contra dengue

Excelente matéria sobre a cidade de Pedra Branca (CE), que erradicou o mosquito *Aedes* (Radis 166). Este exemplo deveria ser copiado por todos os governantes e gestores e multiplicado por todo o país. Podemos tirar de lição que um simples peixe (piabinha) pode ser de suma importância para acabar de vez com este mosquito, e que o controle do *Aedes* só será possível com o trabalho e ação educacional de toda população — que

deve estar presente, unindo atitude individual com esforço coletivo; dez minutos diários valem por toda a vida. Também quero parabenizar a equipe pela excelente matéria sobre cuidados paliativos (Radis 168), que mostrou que o paciente não é simplesmente um número e/ou leito, mas que deve ser olhado como um todo; e que cuidar vai muito além da medicação. Humanizar é preciso!

• Flávia Ferraz Falcão, Belford Roxo, RJ

R: *Flávia, muito obrigado pelos elogios! Continuemos juntos na luta pela humanização da saúde!*

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Nísia Trindade Lima**
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador do Radis **Rogério Lannes Rocha**
Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Adriano De Lavor**
Reportagem **Bruno Dominguez** (subedição),
Elisa Batalha, **Liseane Morosini**, **Luiz Felipe Stevanim** e **Ana Cláudia Peres**
Arte **Carolina Niemeyer** e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira**, **Sandra Benigno** e **Eduardo de Oliveira** (Fotografia)

Administração **Fábio Lucas** e **Natalia Calzavara**
Apoio TI Ensp **Fabio Souto** (mala direta)

Estágio Supervisionado **Ludmila Moura da Silva** (Jornalismo)

Assinatura grátis (sujeita a ampliação de cadastro)
Periodicidade **mensal** | Tiragem **100.300** exemplares | Impressão **Rotaplan**

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118
E-mail radis@ensp.fiocruz.br
Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
www.fiocruz.br/ouvidoria

 www.ensp.fiocruz.br/radis

 [/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.



FEBRE AMARELA: um novo desafio

Surto de febre amarela em Minas Gerais vem deixando o país em estado de alerta. A doença, cuja última ocorrência em áreas urbanas havia acontecido em 1942, volta a assustar a população. Até 24 de janeiro, havia 393 casos suspeitos no estado e, entre as 83 mortes provocadas pelo provável diagnóstico de febre amarela, 38 foram oficialmente confirmadas pela Secretaria Estadual de Saúde. No vizinho Espírito Santo, as mortes de 80 macacos por suspeita da doença deixaram a população em pânico. Nas regiões Sul e Noroeste do estado capixaba, mais de 20 mortes vinham sendo investigadas como possíveis casos da doença.

Para efeitos de comparação, a *Folha de S. Paulo* (18/1) demonstrou que, em 2016, foram confirmadas seis infecções pelo vírus da febre amarela, com cinco mortes no país inteiro; em 2015, foram nove ocorrências e cinco mortes. A bióloga e pesquisadora da Fiocruz, Márcia Chame, alerta para o fato de que mudanças ambientais podem ter contribuído para o surgimento dos casos. “Mudanças bruscas no ambiente provocam impacto na saúde dos animais, incluindo macacos. Com o estresse de desastres, com a falta de alimentos, eles se tornam mais suscetíveis a doenças, incluindo a febre amarela”, disse em entrevista ao *Estado de São Paulo* (17/1).

Ela não descarta a hipótese de que a devastação ambiental da Bacia do rio Doce, agravada pelo vazamento de rejeito de minério de ferro na barragem da Samarco, em Mariana, há pouco mais de um ano, tenha relação com o novo surto. Ao jornal *O Globo* (17/1), a bióloga acrescentou que a destruição dos ecossistemas no Brasil é assustadora e que a Bacia do rio Doce já é impactada há muitos anos, embora a tragédia de Mariana possa ter contribuído para o que vem acontecendo em Minas. “Os estudos em andamento para avaliação do impacto da tragédia de Mariana devem incorporar o monitoramento da saúde silvestre como elemento fundamental da vigilância da emergência de zoonoses (doenças que são

transmitidas entre animais e humanos) conhecidas e desconhecidas na região. Só os estudos poderão comprovar”, explicou.

Para especialistas, o grande desafio é impedir a proliferação da febre amarela em áreas urbanas, o que poderia ser catastrófico, como alerta reportagem no site do *El País Brasil* (17/1). Se nas regiões rurais e de mata os transmissores são mosquitos como o *Haemagogus* e o *Sabethes* que infectam principalmente macacos, nas cidades o transmissor da doença é o *Aedes aegypti*, responsável também pela transmissão da zika, chikungunya e dengue, doenças com surtos frequentes no país.

Para a nova presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, a grande vantagem no caso do combate à febre amarela em relação a outras enfermidades transmitidas pelo *Aedes Aegypti* é que existe a vacina. Desenvolvida pelo laboratório Bio-Manguinhos da Fiocruz desde 1937, a vacina está presente no calendário nacional de vacinação onde a doença é endêmica e é recomendada para quem viaja para áreas de risco. Ao jornal *O Globo* (18/1), Nísia disse não ser o caso de vacinação em massa, indiscriminada, mas afirmou que a Fiocruz vem intensificando a produção da vacina e concentrando esforços que estavam destinados a algumas áreas de imunização não urgentes. “Temos condição de atender à demanda. A Fundação atua em todas as áreas, do diagnóstico à rede de vigilância, à produção de vacinas, às pesquisas, e até na orientação para atendimento aos doentes”, ratificou.

Segundo recomendação do Regulamento Sanitário Internacional de informar à Organização Mundial da Saúde ocorrências importantes de saúde pública, o Ministério da Saúde notificou a OMS sobre os casos recentes, segundo reportagem da BBC Brasil (11/1). A pasta também afirmou que enviou cerca de 285 mil doses de vacina contra a febre amarela para Minas Gerais para controlar a doença. Pessoas nas áreas onde há registro de casos serão vacinadas, e, em seguida, moradores de municípios vizinhos.

O QUE É A FEBRE AMARELA?

Doença infecciosa grave, causada por vírus e transmitida por vetores (mosquitos infectados). Uma pessoa não transmite a doença diretamente para outra.

QUAIS OS SINTOMAS?

Febre alta, calafrios, cansaço, dor de cabeça, dor muscular, náuseas e vômitos por cerca de três dias. Na forma mais grave da doença, podem ocorrer insuficiências hepática e renal, icterícia (olhos e pele amarelados), manifestações hemorrágicas e cansaço intenso.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE A FEBRE AMARELA SILVESTRE E A URBANA?

A forma de transmissão. No ciclo silvestre, em áreas florestais, o vetor da febre amarela é principalmente o mosquito *Haemagogus*. Já no meio urbano, a transmissão se dá pelo *Aedes Aegypti*.

COMO PREVENIR?

Além dos cuidados contra a disseminação do mosquito, devem ser tomadas medidas de proteção individual, como a vacinação, especialmente para aqueles que moram ou vão viajar para áreas com indícios da doença. Outras medidas preventivas são o uso de repelente de insetos, mosquiteiros e roupas que cubram todo o corpo.

Oito homens são donos da mesma riqueza de metade da humanidade

O crescimento econômico só está beneficiando os mais ricos. Esta é a conclusão do relatório divulgado pela ONG Oxfam, em 16 de janeiro, véspera da abertura do Fórum Econômico Mundial, que aconteceu na cidade suíça de Davos. A superconcentração da riqueza piorou em 2016, ameaçando a estabilidade e o crescimento global. Oito pessoas concentram em suas mãos a riqueza equivalente de outros 3,6 bilhões, a metade mais pobre da população mundial. No relatório “Uma economia a serviço dos 99%”, divulgado no site de notícias El País Brasil (16/1), a organização qualifica a situação como “extrema, insustentável e injusta”, e diz que o atual modelo econômico está a serviço do 1% mais rico da população. O panorama é igualmente sombrio em todas as regiões do planeta, segundo o documento. No Vietnã, por exemplo, o homem mais rico ganha em um dia mais do que a pessoa mais pobre recebe em 10 anos. Nos Estados Unidos, a renda dos 50% mais pobres da população foi congelada nos últimos 30 anos, enquanto a do 1% mais rico aumentou em 300%.

A Oxfam responsabilizou especialmente as grandes empresas pelo desequilíbrio, por se guiarem por um único objetivo: maximizar a rentabilidade de acionistas e investidores. Em 2015, as 10 maiores empresas do mundo obtiveram um faturamento superior à receita total dos governos de 180

países. No entanto, esse crescimento não foi distribuído entre todas as camadas da sociedade.

O salário do trabalhador ou do produtor médio quase não aumentou nos últimos anos ou até decresceu. Para diminuir custos, algumas empresas recorrem ao trabalho forçado ou em condições de escravidão. As mulheres e as meninas são exploradas nas condições mais precárias e são a categoria pior remunerada. A ONG também analisou a riqueza de 1.810 bilionários incluídos na lista Forbes 2016, 89% dos quais são homens. Em seu conjunto, eles possuem a mesma riqueza que 70% da população mais pobre da humanidade.

Esse modelo econômico, de acordo com o relatório, é baseado numa série de falsas premissas, entre as quais está a ideia de que a riqueza individual extrema não é prejudicial, mas um sintoma de sucesso, ou que o crescimento do PIB deve ser o principal objetivo da elaboração das políticas. A organização adverte que, se tais pressupostos não forem revistos, será impossível reverter a situação e defende a construção de uma “economia mais humana” que beneficie o conjunto da população. Esse novo sistema deveria se basear na cooperação entre os governos, privilegiar a utilização de energias renováveis, acabar com a extrema concentração da riqueza e apoiar homens e mulheres.



“Equívoco” reacende discussão sobre limite de dados na internet

A discussão a respeito de uma franquia de dados na banda larga fixa, iniciada em 2016, voltou às manchetes no mês de janeiro. Em entrevista publicada pelo site Poder 360 (12/1), o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, afirmou que, a partir do segundo semestre de 2017, as operadoras poderiam ofertar pacotes com acesso limitado a *download* e *upload* de dados. A notícia repercutiu mal. Em reportagem sobre o tema, o site Uol (12/01) avaliou que a medida provocaria um cenário “drástico”, ponderando que o serviço oferecido pelas operadoras de banda larga fixa “é considerado precário no Brasil, além de muito caro”.

A hashtag #NaoAoLimiteDeInternet alcançou o topo da lista de *trending topics* no Twitter do Brasil no dia seguinte, quando Juarez Quadros, presidente da

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), desmentiu o ministro, conforme publicou o site da revista Carta Capital (13/1). Juarez disse que a medida cautelar de abril de 2016, que impediu que o acesso à banda larga fosse limitado, continua em vigor e não há intenção de alterá-la. Segundo ele, Kassab cometeu um “equívoco”.

Pelo Twitter, o ministro recuou da proposta (13/1). “Gostaria de esclarecer e reafirmar que não haverá mudanças no atual modelo de planos de banda larga fixa”, declarou o ministro, afirmando não ser contra a internet ilimitada. Desde 11 de novembro a Anatel abriu uma consulta pública sobre o tema. Cidadãos e entidades podem dar sua contribuição por meio da plataforma Diálogo Anatel (www.anatel.gov.br/anatel/dialogo) até o dia 30 de abril de 2017.

Novas terapias oferecidas pelo SUS

Novas práticas integrativas passaram a fazer parte da tabela de procedimentos do SUS. Meditação, arteterapia e Reiki agora fazem parte dos procedimentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A novidade foi publicada no Diário Oficial da União no dia 13/1. A portaria do Ministério da Saúde também inclui musicoterapia, tratamento naturopático, tratamento osteopático e tratamento quiroprático. As atividades e terapias passam agora a fazer parte da Tabela de Procedimentos do SUS na categoria de “ações de promoção e prevenção em saúde”, conforme noticiou o portal G1 (13/1). O SUS já oferecia algumas opções de práticas integrativas como práticas corporais em medicina tradicional chinesa, terapia comunitária, dança circular, ioga, oficina de massagem, auriculoterapia, massoterapia e tratamento termal. Esses procedimentos continuam reconhecidos e são oferecidos em algumas unidades.



Mudanças na demarcação preocupam indígenas

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, publicou portaria que muda o sistema de demarcação de terras indígenas no Brasil ao aumentar a ingerência do ministério sobre o processo. A medida, divulgada no Diário Oficial da União (18/1), cria um grupo de trabalho com a função de avaliar os processos de demarcação e subsidiar as decisões do ministro da Justiça. Até então, de acordo com as regras estabelecidas pelo Decreto 1.775 de 1996, a análise era feita pela Funai, responsável por estudos antropológicos sobre a terra e a manifestação das partes interessadas, com laudos e testemunhas — ao fim, a decisão era encaminhada para a assinatura do ministro e do presidente da República, como registrou a *Folha de S. Paulo* (18/1). Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), com a mudança, o governo enfraquece o trabalho da Funai e “rasga de cara o texto constitucional que reconhece os direitos indígenas”, afirmou em nota publicada na página do Conselho Indigenista Missionário (19/1).

Na prática, o Ministério da Justiça passa a deter o poder de rever todo o processo original da Funai, afirmou ainda a *Folha*. Segundo o jornal, a portaria também abre espaço para a ação de grupos de pressão do meio ruralista, como sindicatos de produtores rurais. Já o *Estadão* (19/1) publicou que o Ministério Público Federal (MPF) vai pedir a revogação da medida, que foi interpretada como “ilegal”, na visão do coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e subprocurador geral da República, Luciano Maris Maria. “O governo não quer aprimorar ou

aperfeiçoar o processo de demarcação, quer paralisá-lo”, afirmou o procurador ao jornal. Diante dos protestos, o ministro da Justiça determinou a revogação da portaria e a edição de um texto mais enxuto, mas que ainda mantém a criação do Grupo de Trabalho, como noticiou a Rádio Nacional da Amazônia (20/1). As idas e vindas, com a publicação, exclusão e nova publicação de especialistas e movimentos indigenistas apreensivos com o Governo Temer, noticiou o site El País (20/1).

Na visão da Apib, a publicação da portaria “é só mais um indicativo de que o Governo Temer é mesmo subserviente do poder econômico vinculado ao agronegócio e de seus porta-vozes agrupados na bancada ruralista do Congresso Nacional”. Outra medida do governo que afetou a vida das populações indígenas foi a nomeação do novo presidente da Funai, Antonio Fernandes Toninho Costa. Antonio tem experiência na área de saúde indígena, mas foi indicado pelo líder do Partido Social Cristão (PSC), pastor Everaldo, que tem um posicionamento conservador em relação aos direitos indígenas. Inicialmente, o Planalto tentou emplacar o nome de dois militares, informou a *Folha* (12/1) — um deles o general Roberto Peternelli Júnior recentemente publicou uma mensagem em homenagem ao golpe de 1964. O outro indicado, o general Franklimberg Ribeiro de Freitas, ficou com o cargo de diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da instituição, em substituição ao funcionário de carreira e antropólogo, Artur Nobre Mendes.

Tuberculose não é importante?

Pesquisadores e entidades envolvidas no enfrentamento e no controle da tuberculose no Brasil manifestaram, em nota, preocupação em relação ao fato de que a doença não aparece mais entre os indicadores da pactuação interfederativa para o período de 2017 a 2021. Isso pode significar que o controle da doença deixou de ser considerado importante pelos gestores públicos que participam da pactuação entre Estados, municípios e União — o que pode afetar as verbas repassadas para o seu tratamento. A ausência da tuberculose entre os indicadores que impactam diretamente nas políticas de saúde ocorre em um contexto em que a doença é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) o principal agravo infeccioso transmissível, superando a aids em número de mortes no mundo, destacaram os pesquisadores que assinam a nota, publicada no portal da Ensp/Fiocruz (9/1).

Os indicadores para o período de 2017 a 2021 foram divulgados na Resolução nº 08 de 24 de novembro de 2016. Na nota, o pesquisador Carlos Basilia, secretário da Parceria Brasileira Contra a Tuberculose (Stop TB Brasil) e coordenador do Observatório Tuberculose Brasil, vinculado à Ensp/Fiocruz, afirma que a ausência da doença é um “retrocesso”, pois sinaliza que os gestores não consideram importante investir recursos e esforços na eliminação de um grave problema de saúde pública, o que pode penalizar a população. Acesse a nota: goo.gl/Xh87wl

10,7%

do total de atendidos em emergências no país são ciclistas acidentados, registrou o artigo Análise dos fatores associados aos acidentes de trânsito envolvendo ciclistas atendidos nas capitais brasileiras, assinado por Carlos Augusto Moreira de Sousa, Patrícia Constantino e Camila Alves Bahia e publicado no Cadernos de Saúde Pública (dezembro de 2016). Apesar dos números, os pesquisadores defendem que a bicicleta é considerada um dos meios de transporte mais saudáveis, já que oferece efeitos positivos para a saúde da população, como a redução da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis.



Aedes modificado contra a dengue

Uma nova técnica com potencial para frear a disseminação de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* foi divulgada em janeiro por pesquisadores americanos. Cientistas da Escola de Saúde Pública Johns Hopkins criaram mosquitos geneticamente modificados que se valem de seu próprio sistema imunológico para combater o vírus da dengue. A alteração feita em laboratório aumenta a produção de fatores antivirais do organismo do mosquito, bloqueando a contaminação pelo vírus. E, se não for infectado, o mosquito também não transmite a doença para seres humanos. A técnica, publicada no periódico científico *Plos One*, no entanto, não se mostrou eficaz para os vírus da zika e chikungunya. Segundo a reportagem do *Globo* (13/1), esse novo método abre mais um caminho de intervenção, mas é preciso um investimento de médio e longo prazo no campo da modificação genética do *Aedes aegypti*, porque, para mostrar resultados, existe a necessidade de se liberar milhões de mosquitos ao longo de muito tempo.

No Brasil, outros tipos de mosquitos geneticamente modificados já estão sendo soltos na cidade de Piracicaba (SP). Nesses, o resultado da alteração genética torna as larvas estéreis e por isso dizima a população de mosquitos. Outra iniciativa é a soltura de *Aedes* infectados com a bactéria *Wolbachia*, que barra a transmissão da dengue, zika e chikungunya. O projeto da Fiocruz já levou à liberação desses insetos na região da Ilha do Governador, bairro do Rio de Janeiro, e na cidade vizinha Niterói, há um ano. Hoje, 80% dos *Aedes* dessas regiões não transmitem doenças. 

FOTO: PORTAL BRASIL

Remédio à base de maconha é aprovado

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou (16/1) o registro do primeiro remédio à base de maconha (*cannabis sativa*) no Brasil. O Mevatyl — medicamento já comercializado em outros 28 países sob o nome de Saitivex — é indicado para o tratamento da espasticidade (rigidez excessiva dos músculos) em pacientes com esclerose múltipla. Como noticiou a Agência Brasil (16/1), o produto será comercializado com tarja preta na rotulagem e o uso ficará sujeito à prescrição médica por meio de notificação de receita.

O medicamento contém dois dos princípios ativos da maconha usados medicinalmente, o tetraidrocanabinol (THC) e canabidiol (CBD), e será vendido apenas a maiores de 18 anos, em solução oral (spray). Em entrevista ao Uol (16/1), a advogada Margarete Brito, presidente da Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal, considera o registro um avanço. “Agora que a gente tem um remédio registrado na Anvisa com alto [teor de] THC, acho que não tem mais como dizer que [este princípio ativo da maconha] não é remédio,

que é perigoso”, afirmou, acrescentando a pertinência de outras pesquisas no país sobre o uso da maconha medicinal.

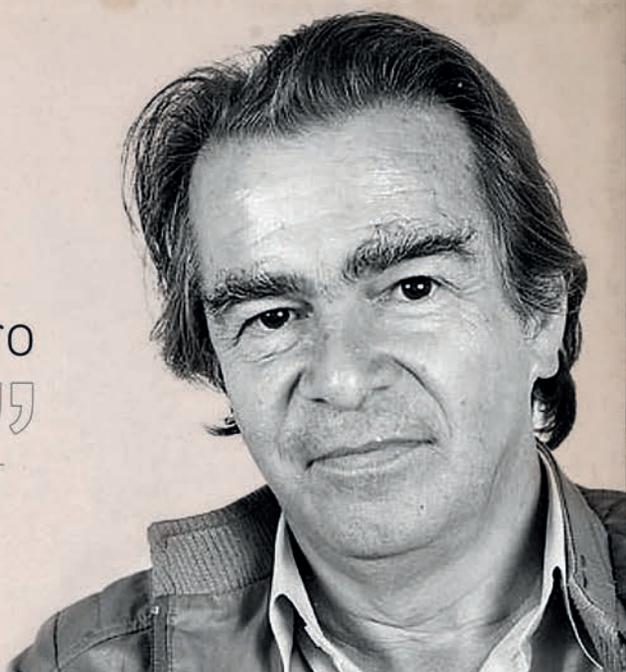
Reportagem no jornal *Estado de São Paulo* (16/1) resgatou a origem da luta pelo registro de um remédio com canabidiol. A aprovação é mais um desdobramento de uma batalha que teve início em 2014, quando os pais da menina Any, Norberto Fischer e Katiele, entraram com uma ação na Justiça. Eles pediam permissão para importar o produto, que seria usado como forma de reduzir as crises convulsivas da criança. Após ação, houve um movimento de pais de pacientes para sensibilizar a Anvisa que, em 2015, liberou o produto. A permissão do uso do canabidiol foi a primeira regra da Anvisa feita a partir da pressão de familiares de pacientes. Até então, a regulação resultava de iniciativas de seus diretores ou da indústria. Segundo o jornal, é necessário agora aguardar a determinação do preço do produto pelo Comitê Técnico Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Só após essa definição é que o remédio poderá ser vendido no país.

RADIS ADVERTE

“Se os governadores não construírem **escolas**, em 20 anos faltará dinheiro para construir **presídios**.”

Darcy Ribeiro, em 1982

#EmDefesaDaEducacao #MaisEducacaoMenosPrisao



Protesto no samba

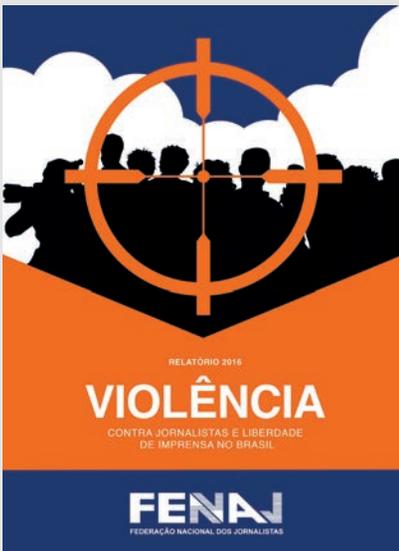
Quem disse que reivindicação social não rende samba? A polêmica em torno da escolha do enredo da escola carioca Imperatriz Leopoldinense começou bem antes dos tamborins pisarem a avenida. Desde janeiro, políticos, entidades e setores da imprensa ligados ao agronegócio se mostraram incomodados com o tema escolhido, “Xingu, o clamor que vem da Floresta”, que consideram ofensivo à atividade que desempenham. A reação veio depois da divulgação da letra e de fantasias na imprensa — “Sangra o coração do meu Brasil. O belo monstro rouba as terras dos seus filhos, devora as matas e seca os rios, tanta riqueza que a cobiça destruiu!” — o que motivou comentários

preconceituosos de apresentadores de TV contra os índios, e indignação do senador Ronaldo Caiado (DEM), que propôs sessão temática para discutir o samba que “ataca o agronegócio, orgulho do País”. Em declaração oficial, a Imperatriz pontuou que “importantes pesquisas científicas apontam os diversos males que o agrotóxico traz para o solo, para o alimento e consequentemente para a saúde de quem o consome”, destacando, no entanto que este é apenas um aspecto do enredo. “A nossa mensagem é de preservação, respeito, tolerância e paz. Todos os que acreditam nesses valores estão convidados a celebrar conosco”, convocou a escola.

FOTOS: REPRODUÇÃO



Atividade de risco



Os casos de violência contra jornalistas cresceram 17,5% em 2016, informou a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Segundo o *Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Expressão 2016*, produzido pela entidade, foram registrados 161 casos de violência contra os profissionais, dos quais 58 foram agredidos fisicamente. “Grande parte dessas agressões, assim como em 2015, ocorreu em manifestações públicas. Esse é um fenômeno que surgiu em 2013 e que tem se mantido nesses anos todos. Ao cobrirem manifestações públicas, os jornalistas têm sido agredidos, principalmente por policiais, mas também por manifestantes”, creditou Maria José Braga, presidente da Fenaj.

Velocidade perigosa

A administração de João Dória (PSDB) na capital paulista mal começou e já recebeu inúmeras críticas. Em primeiro lugar, pela promoção de sua imagem pessoal, associada a ações de reordenamento urbano — o prefeito apareceu vestido de garí, varrendo ruas, apagou pessoalmente pichações e grafites clássicos na cidade, assim como se deslocou em uma cadeira de rodas para avaliar a mobilidade nas calçadas — mas também por algumas decisões que vão de encontro a questões de saúde. Em janeiro,

Dória anunciou que deixará quatro ambulâncias do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) fixas nas Marginais do Tietê e do Pinheiros, já que aumentará o limite de velocidade nas vias. Em julho de 2016, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) comprovou que a redução da velocidade nas marginais havia diminuído a quantidade de acidentes com vítimas em 38,5%. Apenas no primeiro dia útil após a mudança de Dória, pelo menos cinco acidentes foram registrados nas Marginais.

Comparação infeliz

“Trabalhar para sempre. E sem drama. Cada vez mais aposentados estão descobrindo que não é preciso viver na praia para ser feliz depois dos 65. Saiba como chegar lá”. A chamada para a edição de janeiro da *Exame* (que trazia na capa o líder da banda inglesa Rolling Stones) causou polêmica nas redes sociais. Na capa da revista, a chamada dizia: “A nova aposentadoria – O que você e ele [Mick Jagger] têm em comum”, seguida do texto: “Talvez não seja a fortuna, nem o rebolado, nem os oito filhos. Mas, assim como Mick Jagger, você terá de trabalhar velhice adentro. A boa notícia: preparando-se para isso, vai ser ótimo”. A reação foi imediata. Para além de tentar justificar a reforma proposta para a Previdência, muitos internautas criticaram a falta de sensibilidade da reportagem, ao comparar a situação de uma estrela do rock com trabalhadores brasileiros. “Impressionante o alinhamento com a reforma da previdência. Que o diga os cortadores de cana que vão trabalhar igual o Jagger #vexame @



exame”, criticou um usuário do Twitter. “Não sei se vcs sabem, mas Matusalém na Bíblia viveu até os 969 anos mas trabalhou até os 814, muito mais que o Mick Jagger, inclusive”, ironizou outro.

O nome correto é

FEMIN

Cobertura de assassinato em Campinas expõe limites éticos da mídia e revela discurso conservador da sociedade

Elisa Batalha

O ano mal tinha começado e já havia 12 mortos. Nove eram mulheres. A mídia e a sociedade brasileira se viram nos primeiros momentos de 2017 diante de um crime brutal, que expôs a relação direta entre o discurso misógino na sociedade e o assassinato de mulheres. Em Campinas, São Paulo, Sidnei Ramis de Araújo, de 46 anos, invadiu a casa onde sua ex-mulher celebrava o Ano Novo com a família e abriu fogo. Isamara Filier, de 41 anos, e mais onze pessoas morreram, incluindo outras oito mulheres e o filho do casal, de apenas 8 anos. Em seguida, o atirador se matou. O assassino deixou algumas cartas e áudios sobre a sua atitude. O caso repercutiu amplamente na imprensa, embora poucos veículos tenham relatado o crime como feminicídio, crime de ódio baseado no gênero. O termo, popularizado pela autora feminista Diana E. H. Russel, em 1976, é a mais grave forma de violência contra a mulher e passou a constar na legislação brasileira como crime hediondo, desde a lei 13.104, de 2015 (*Radis* 152 e 166).

O conteúdo da carta, divulgado textualmente, em trechos ou na íntegra, não deixava dúvida de que se tratava de discurso de ódio. A intenção estava mais do que declarada: “pegar o máximo de vadias da família juntas” (sic). A expressão “vadia” foi usada repetidas vezes se referindo à ex-esposa e suas parentes, às mulheres em geral, e até à Lei Maria da Penha (11.340/2006), que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ataques às feministas foram feitos. No seu discurso, a violência se “justificaria” pelo fato de a mãe ter conseguido a guarda do filho em um processo que incluiu acusações de abuso sexual do pai contra a criança. Isamara teria registrado seis queixas contra ele ao longo de 10 anos, entre 2005 e 2015, por agressão e ameaça.

Só depois da enxurrada de notícias e análises — uma pergunta surgiu em um segundo momento do debate midiático. Teria sido ética a divulgação da carta do assassino? Os reflexos foram percebidos. Comentários postados em sites de notícias e posts nas

redes sociais relativizaram a atitude, alegando que o crime teria sido cometido por “um pai que perdeu a cabeça”; tentaram justificar o ato bárbaro como se tivesse sido motivado por uma “alienação parental”. Poucos dias depois, surgiram outras ameaças e novos crimes que usavam o assassinato de Campinas como “exemplo”. Esse efeito de imitação, conhecido pelos estudiosos da mídia, é um dos motivos pelos quais alguns temas requerem cautela antes de sua divulgação na imprensa, como o suicídio. O mesmo pode-se dizer de cartas e “motivações” de assassinos.

IDEÁRIO FASCISTA

“A boa prática recomendada nesses casos é divulgar de forma limitada e dar o principal enfoque às vítimas e à comunidade envolvida, assim como citar medidas preventivas, sem causar sensacionalismo”, lembraram a professora de Direito penal e criminologia Luciana Boiteaux e o psiquiatra Luis Tóffoli, em artigo no site Nexo (10/01), questionando a divulgação. Por outro lado, apesar da publicação da carta, os profissionais lembraram que alguns veículos acertaram ao reforçar que se tratava de feminicídio.

A filósofa Márcia Tiburi, autora de livros que tratam de questões de gênero, alertou em entrevista publicada no site da BBC (5/1), para a responsabilidade da sociedade na barbárie de Campinas. “Ele não inventou esse assassinato das mulheres sozinho. Ele pode ter atirado sozinho, mas o que ele fez é simbolicamente muito mais grave”, afirmou. “Diante da atitude e da ‘justificativa’ do assassino, muitos passaram a tratá-lo como psicopata e enxergaram o caso como algo ‘bizarro’, desconectado da realidade”, alertou Márcia. A filósofa discorda dessa visão. “Podemos analisar esse lugar do encontro entre a atitude particular e um contexto, percebendo a semelhança entre o discurso que ele profere e o discurso que a gente vê no senso comum. Esse indivíduo pensa a partir do senso comum”.

Essa observação também foi feita por Manoel Olavo, psiquiatra e psicanalista, em artigo de opinião publicado na revista Carta Capital (4/1). “Nada nas cartas poderia sugerir um quadro

FEMINICÍDIO

psicótico agudo ou crônico”. Para ele, ao contrário, chama a atenção a “estranha familiaridade do discurso”. “A carta é um apanhado de quase todos os lugares comuns do pensamento de extrema-direita que tomou conta do Brasil nos últimos anos. A raiva, a misoginia, o horror ao feminismo, o desprezo à democracia, o discurso fanático anticorrupção, o ódio aos direitos humanos, ao Estado, a intolerância social, a glorificação da violência e dos militares. Está tudo lá. Seu ato monstruoso alimentou-se do ideário fascista existente entre nós”, registrou o médico. Para Márcia, todos devemos nos implicar nessa questão: “Eu, como professora de Filosofia, acho que as pessoas não devem nesse momento achar que elas não têm nada a ver com isso. Elas têm algo a ver com isso, nós todos temos, porque todos nós participamos de uma cultura assim. Onde nós, como cidadãos estamos errando? Esse cidadão pode fazer o que fez? Ele achou que estava acima da lei”, escreveu a pesquisadora.

MAIS DO QUE UM CRIME

“Acredito que a divulgação deveria ter sido acompanhada de uma editorialização, com teor de condenação, e cobertura especial mostrando o quanto é grave e corriqueiro no país a violência contra a mulher”, declarou à *Radis* Camila Mont’Alverne, doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. “Apesar de as notícias sobre o crime terem posto o feminicídio em pauta, é preciso muito cuidado. Eu não acho que a carta deveria ter sido publicada de maneira trivial, por se tratar de discurso de ódio”, reforçou a jornalista, que escreveu artigo sobre o tema no blog Comunicação e Política (2/1). Para ela, o caso abre um leque de discussões mais amplas para os perigos do machismo e necessidade de combate ao feminicídio, violência doméstica e sexual, e a questão exige destaque. “A quantidade de mulheres vítimas de violência doméstica mostra o quanto a temática precisa ser debatida — e a necessidade da existência de um consenso sobre serem atos injustificáveis e inadmissíveis, que o jornalismo, que tem um papel pedagógico, pode colaborar para construir”, aponta. Para ela, uma das funções do jornalismo é indicar caminhos para evitar que o acontecimento se repita. Camila lembrou, como ponto positivo, que, entre a temática de gênero, a lei Maria da Penha é a pauta que vem historicamente sendo abarcada e ganhando espaço na mídia em geral.

Para a socióloga Wânia Pasinato, em declaração ao jornal *El País* (2/1), esse tipo de crime mostra que as políticas para inibir a violência não foram efetivadas nos últimos anos. Para ela, que atuou no Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo e em várias pesquisas sobre justiça criminal, violência policial e violações de direitos humanos, nesse e em outros crimes existe uma clara indicação de intolerância. É importante, segundo a socióloga, ir além da indignação. “Precisamos passar para a ação que ajudará a conter essa violência e intolerância”. Ela avalia que vivemos uma guinada conservadora no Brasil, que não tolera o diferente, a igualdade entre homens e mulheres, a liberdade sexual. Vive-se em um contexto de conservadorismo que, para a pesquisadora, tenta impedir que falemos em gênero, um conceito que nos permite compreender a desigualdade social entre homens e mulheres. “Se não podemos falar em gênero, como poderemos vencer essa desigualdade e a intolerância?” A carta do assassino de Campinas, reforçou ela, ajudou a desconstruir uma linha de pensamento comum, a que relaciona crise econômica à violência contra a mulher. “No caso da violência contra mulheres existem linhas de análise que a relacionam às crises econômicas, ao desemprego, sobre como esses fatores afetam os homens e os tornam mais inseguros quanto ao papel de provedor e na experiência de uma ‘perda de poder’ sobre a mulher. Contudo, veja o caso de Campinas. A carta deixada pelo assassino depois de matar, entre todos, a ex-esposa e o filho, mostra uma violência muito mais arraigada”, disse ela ao jornal.

Wânia e outros analistas na mídia defendem que, mais do que apenas um crime, o feminicídio é emblemático de um momento e um tipo de pensamento político. A socióloga lembra que as políticas de desconstrução da cultura de intolerância de gênero estão ameaçadas. Concretamente, advertiu que, até maio de 2016, existia no país um Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, com autonomia financeira e administrativa. Com a chegada do novo governo, aponta a socióloga, o ministério foi dissolvido, em um primeiro momento, e posteriormente, suas secretarias foram reativadas no âmbito da pasta da Justiça e Cidadania. “Esse movimento resultou em perda de institucionalidade com a consequente perda de autonomia financeira e capacidade administrativa. Mas, principalmente, resultou em perda de força política, uma vez que as ações que eram coordenadas pelas respectivas secretarias foram paralisadas ou abandonadas”, registrou.



DISCURSO DE



Ódio

Chacinas em presídios expõem a crise do sistema carcerário e reação de intolerância na sociedade

Ana Cláudia Peres

“**T**inha era que matar mais. Tinha que fazer uma chacina por semana”. A declaração do secretário nacional de Juventude, Bruno Júlio (PMDB), publicada no site do jornal *O Globo* (6/1) sobre as chacinas que ocorreram nos presídios da Região Norte no início de janeiro, provocou a sua demissão no dia seguinte. Mas o que o episódio revela é uma escalada alarmante do discurso de ódio na sociedade brasileira. À Rádio CBN (4/1), o governador do estado do Amazonas, José Melo (Pros), disse que “não tinha nenhum santo” entre os 56 mortos no Complexo Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, enquanto o secretário de Justiça e Cidadania do Rio Grande do Norte, Wallber Virgolino, ao comentar a crise que colocou em evidência

o descontrolado do sistema penitenciário brasileiro e as péssimas condições carcerárias (ver pág. 15), defendeu em *O Globo* (10/1) que “presídio não é hotel e preso não é hóspede”.

Há alguma coisa de preocupante com um país onde “o pensamento fascista prolifera em terreno fértil”, alertou o premiado escritor brasileiro Luiz Ruffato em sua coluna no *El País Brasil* (11/1). “O Brasil vem se tornando dia a dia mais e mais um país fascista”, ele escreveu. “Ao invés de lutarmos pela construção de prédios escolares decentes, reivindicamos presídios; no lugar de exigirmos um sistema educacional de qualidade, pedimos mais policiamento; ao invés de ruas seguras, aspiramos condomínios invioláveis”. Ruffato se referia tanto às falas das autoridades na imprensa quanto às inúmeras opiniões proferidas por homens públicos e pessoas comuns em suas páginas nas redes sociais que incitavam ao ódio e à violência.

Para o cientista social Dominic Barter, o país parece estar vivendo sob a lógica da violência redentora e da ideia de que machucar resolve. Em resposta à *Radis*, que pediu que ele comentasse sobre as reações de aprovação ao massacre, o pesquisador disse que muitos aprendem a cristalizar sua ira num ódio duro e nocivo. “O ódio rotula um certo grupo de pessoas e acredita-se mais nesse rótulo do que nos fatos”, avalia. “Se acredito que há pessoas ‘do mal’ e creio que somente a pena de morte resolve, então comemoro até uma chacina, pois acredito que isso é justiça”. De acordo com Dominic, essa espécie de “saudade de respostas autoritárias” aumenta sempre que se perde a confiança na democracia.

CHACINA, MASSACRE, CARNIFICINA

Eram as primeiras horas da tarde do primeiro dia do ano quando uma rebelião no Compaj, em Manaus — um presídio administrado por uma instituição privada cujo nome, Umanizzare, quando traduzido para o português, significa humanizar —, acabou em carnificina: 56 detentos mortos e dezenas de corpos com as cabeças decepadas, além da fuga de cerca de 200 homens. Fontes oficiais declararam à imprensa tratar-se de um massacre provocado pela briga entre as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC), originária de São Paulo, e a Família do Norte, do Amazonas. Cinco dias depois, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista (RR), outros 31 presos foram mortos. Em 14/1, um novo massacre, dessa vez na maior penitenciária do Rio Grande do Norte, a de Alcaçuz, deixou um rastro de mais 26 mortos.

Somente depois de quatro dias da chacina de Manaus, o presidente Michel Temer se posicionou publicamente sobre o assunto. Mas, além de vir com atraso, sua declaração provocou polêmica. Temer classificou a chacina — a segunda maior tragédia do sistema prisional brasileiro, ficando atrás apenas do massacre do Carandiru que, em 1992, deixou 111 presos mortos — como “um acidente pavoroso”. Para o ombudsman da *Folha de S.Paulo*, Paula Cesarino Costa, o comentário foi “infeliz”. Em sua coluna (8/1), a jornalista aproveitou para dar um puxão de orelhas em seu jornal que, durante a cobertura do assunto, publicou falas de autoridades “que variavam do absurdo ao constrangedor” sem que elas fossem questionadas

e problematizadas — entre elas, a declaração do presidente.

Durante uma reunião com ministros, Temer falou sobre a retomada do Plano Nacional de Segurança Pública e a construção de cinco presídios federais para abrigar “lideranças de alta periculosidade”, segundo notícia no site G1 (5/1). Apresentado pelo ministro da Justiça Alexandre de Moraes, o plano se mostra incompleto e, como apontou a página do site de análises Justificando (6/1), o que ele propõe, em meio à falência do sistema penitenciário brasileiro e a repercussão internacional das rebeliões, é apenas a “modernização” dos presídios. Estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) realizado a pedido do Uol destaca que 68 propostas são focadas na redução dos homicídios, no combate ao crime organizado e em melhorias em presídios do país. Dessas propostas, ao menos 53 (ou seja, 78% do total) já constavam de planos ou programas contra a violência lançados por outros governos desde 1995, revelou o Uol (14/1). Ainda assim, a maior parte da cobertura da mídia tradicional limitou-se a reproduzir as linhas gerais do programa. Depois de instaurada a crise, com motins e rebeliões estourando em outros presídios pelo país, foi publicado no Diário Oficial da União (18/1) um decreto presidencial autorizando o emprego das Forças Armadas durante 12 meses para a “garantia da lei e da ordem” no sistema penitenciário brasileiro.

JUSTIÇA OU BARBÁRIE

Para fugir de abordagens mais simplistas sobre o assunto, alguns jornais e sites de jornalismo independente tentaram ampliar a cobertura. O jornal digital Nexo, por exemplo, formulou perguntas (9/1) para cinco especialistas que acompanham os temas de direito penal e de direitos humanos no Brasil. Em pauta, o papel do Estado e o significado da Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em 1948, codificou os padrões mínimos de respeito à vida e à dignidade. Ao diretor-executivo do Instituto Sou da Paz, Ivan Marques, foi dirigida uma pergunta bastante comum que reverberou em janeiro: “Por que o governo gasta tanto dinheiro mantendo presos que não contribuem com a sociedade?” A resposta de Ivan:

— Um dos grandes avanços da civilização humana foi a troca do direito de vingança pessoal — olho por olho, dente por dente, onde só o mais forte consegue impor consequência pelo dano sofrido — pelo monopólio da força pelo Estado, que é uma instituição movida pela promoção da justiça e da racionalidade. Isso significa que o valor do preso no Brasil — ou em qualquer lugar do mundo — não deve ser medido por quanto ele custa ao Estado, mas pela capacidade do Estado promover justiça, tanto em relação aos criminosos quanto às vítimas. O grande problema é que, no nosso país, há distorções nesse sistema, que impedem que o ciclo de justiça aconteça, o que gera na sociedade a sensação de impunidade: o crime na maioria das vezes compensa, e o criminoso quando é condenado pelo sistema de justiça criminal é um “custo inútil”, pois o sistema prisional, em vez de ressocializar, só abastece o crime. É por isso que corrigir essas distorções é tão necessário, até porque a outra opção é o retorno à barbárie.

A CULPA É DE QUEM?

Em meio a dias de fúria, a Organização das Nações Unidas (ONU) se manifestou. Por meio de nota, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) afirmou que “o sistema prisional brasileiro é ineficaz na recuperação e reinserção social de detentos, assim como contribui para o crescimento da criminalidade ao ser dominado por organizações como as que motivaram a chacina de Manaus”. Já o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) lamentou os assassinatos e reiterou a necessidade de uma investigação “imediate, imparcial e efetiva” dos fatos.

Na edição de janeiro de *Radis* (nº 172), que trouxe reportagem de capa sobre a vida de mulheres grávidas que dão à luz e amamentam nas prisões brasileiras, a advogada Luciana Simas alertava para o fato de que o país trabalha com um processo de massificação do encarceramento que produz um discurso conservador, e dizia ser urgente desconstruir tal discurso. Dominic Barter, que coordena no Brasil projetos de comunicação não-violenta e de justiça restaurativa, acrescenta que a lógica autoritária só promove o monólogo e que é preciso recuperar o diálogo. “Se não escuto, posso viver fingindo que não conheço até esquecer que conheço”, diz. “Esquecer que 40% da população prisional ainda aguarda sentença. Esquecer da imensa pressão em cima dos agentes penitenciários. Esquecer que a subida vertiginosa no número dos presos em nada tem diminuído a insegurança social e que encarceramento aumenta a probabilidade de reincidir. Esquecer das famílias que enlutam a perda de pais e irmãos e filhos assim como são esquecidas as famílias de tantos policiais mortos”.

O jornalista Jânio de Freitas também segue uma pista para entender o horror revelado pelas chacinas de janeiro. Para ele, em momentos como este, o país discute se a culpa é do Judiciário ou dos governos, dos políticos ou da legislação penal ou ainda “das garras da corrupção sobre as verbas do sistema carcerário”. Mas a resposta pode estar em sua coluna, publicada na *Folha de S. Paulo* (5/1), sob o título de “A indiferença é a origem do massacre em Manaus”, na qual ele apontou: “O país deveria horrorizar-se antes, em qualquer das dezenas de anos do seu conhecimento e da sua indiferença pelas condições — criminosas tanto nas leis brasileiras como nos acordos internacionais — a que os encarcerados são aqui submetidos. Não o fez jamais”.





FOTO: GLÁUCIO DETTMAR / AGÊNCIA CN



FOTO: ANDRESSA ANHOLTE / ABR



FOTO: GLÁUCIO DETTMAR / AGÊNCIA CN

Quando a LIBERDADE é EXCEÇÃO

Levantamentos apontam desigualdade no acesso à Justiça e racismo no sistema penitenciário brasileiro

Bruno Dominguez

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, com 622.202 pessoas nas prisões. Os dados são do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), apurados em dezembro de 2014 e divulgados em abril de 2016 pelo Ministério da Justiça. Em 1990, os presos eram 90 mil no país. O número aumentou 7% ao ano, chegando à média de quase 300 pessoas presas para cada 100 mil habitantes — o dobro da taxa mundial, de 144 por 100 mil. Os países que lideram o ranking de população carcerária — Estados Unidos, China e Rússia — estão reduzindo a taxa de aprisionamento (relação de pessoas presas a cada 100.000 habitantes).

O crescimento no Brasil se deve a múltiplas razões, apontam pesquisas: desigualdade no acesso à Justiça, guerra contra as drogas, seletividade penal. Dos 622 mil presos brasileiros, 40,13% são provisórios. O relatório *Quando a liberdade é exceção*, da Justiça Global e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, explica que prisão provisória é a privação de liberdade antes de sentença condenatória, incluindo prisão em flagrante, temporária, preventiva e resultante da pronúncia (quando o juiz reconhece que há indícios de crime e o acusado deverá ser julgado por um tribunal do júri).

A CONTA DA JUSTIÇA

“A prisão provisória é, em tese, uma medida excepcional de acordo com as normas do Estado Democrático de Direito brasileiro. No entanto, o que se verifica na realidade do seletivo sistema penal brasileiro é o encarceramento provisório em massa de jovens negros e pobres. Para estes, a prisão provisória é a regra e a liberdade é a exceção”, avaliam as organizações no relatório.

A pesquisa *A Aplicação de Penas e Medidas Alternativas*, do Ministério da Justiça e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2015, identificou entre os casos pesquisados que 37,2% dos réus que estiveram presos provisoriamente não foram condenados à prisão ao final do processo. O estudo fala em “sistemático, abusivo e

desproporcional uso da prisão provisória pelo sistema de justiça no país”, apesar da superpopulação carcerária — 622.000 presos para 372.000 vagas.

Doze dias após a chacina no Complexo Anísio Jobim, em Manaus, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, se reuniu com presidentes dos tribunais de Justiça de todo o país para discutir a participação do Judiciário na crise do sistema carcerário. Entre outras medidas, pediu esforço concentrado nos próximos três meses para

**40,13% dos
DETENTOS SÃO
PROVISÓRIOS.
37,2% DESSES
RÉUS NÃO SÃO
CONDENADOS à
prisão ao final do
processo**

resolver gargalos que contribuem para a superlotação dos presídios, em especial a morosidade nas decisões sobre progressão de pena e erros na detenção de presos provisórios.

Relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborado a partir de inspeções feitas durante mutirão carcerário do órgão em Roraima, em 2010, já apontava demora por parte das varas de execução criminal para liberação de presos provisórios, além de problemas administrativos e estruturais nos presídios, no estado onde também houve matança de presos — na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Havia casos de presos provisórios detidos por mais de nove meses por crimes que comportavam a suspensão condicional do processo e por ações que já tinham sido extintas. Também foi registrada prisão provisória de pessoas que não tinham sequer recebido a denúncia do processo em questão.

O mesmo relatório do CNJ, ao tratar das observações feitas no mutirão carcerário de 2013 no Amazonas, pediu a desativação de diversas unidades prisionais no estado. No documento, conselheiros do CNJ e juizes alertaram que “a superlotação é a realidade da maioria das unidades prisionais inspecionadas no Amazonas, com grande número de presos amontoados em celas de tamanho incompatível com a quantidade de ocupantes”. Três anos atrás, o texto informou que não eram adotadas medidas eficazes que pudessem “ao menos frear o acesso de aparelhos de comunicação e de drogas no interior das carceragens”.

A CONTA DA GUERRA ÀS DROGAS

O crime de tráfico de drogas é o mais comum entre os presos brasileiros, superando roubo e furto, segunda e terceira incidências mais comuns, respectivamente, segundo relatório do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, com dados referentes a 2014: 28% da população prisional responde ou foi sentenciada em razão de praticar este tipo penal. Na avaliação da Justiça Global e do Mecanismo de Combate à Tortura do Rio de Janeiro, “a observação desses números não deixa dúvida sobre o acréscimo da população prisional como reflexo da política de drogas implantada no Brasil, sem prejuízo de outros fatores que possam ter contribuído para essa majoração”.

O Brasil é signatário dos três principais tratados internacionais da chamada “guerra às drogas”, tendo se comprometido a combater o tráfico, reduzir o consumo e diminuir a demanda de entorpecentes, fazendo uso para esse fim do controle penal. A edição de 2017 do relatório global da ONG Humans Right Watch associa o crescimento da população carcerária à vigência da Lei de Drogas, de 2006, que aumentou as penas para traficantes. “Embora a lei tenha substituído a pena de prisão para usuários de drogas por medidas alternativas como o serviço comunitário — o

que deveria ter reduzido a população carcerária —, sua linguagem vaga possibilita que usuários sejam tratados como traficantes”, explica.

Em 2005, um ano antes de a lei entrar em vigor, 9% do total de brasileiros estavam presos por crimes associados às drogas (32.880 pessoas); em 2014, eram 28% (174.160 pessoas), de acordo com o Infopen. Nas unidades prisionais femininas, a frequência com que se encontram pessoas respondendo ou sentenciadas por crime de tráfico de drogas é maior: 58% das que estão privadas de liberdade. No Rio de Janeiro, por exemplo, 64 mulheres foram presas por crimes relacionados a tráfico de drogas em 2013, informa o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça; em 2014, foram 643 mulheres, um aumento de 1004,68%.

“Sabe-se que, muitas vezes, penas severas são aplicadas para pessoas cujos atos sequer foram praticados mediante violência ou grave ameaça contra a pessoa.

Contudo, a condução de uma política pública e de uma cultura sociojurídica que, sem critérios bem definidos, coloca o traficante de drogas no lugar de inimigo da sociedade, da saúde pública e da comunidade internacional, tem contribuído para implementação de medidas arbitrárias e desproporcionais, percebidas também no âmbito da política prisional”, afirma o relatório *Quando a liberdade é exceção*.

A CONTA DO RACISMO

A maior parte dos presos brasileiros é jovem (55,07% têm até 29 anos) e negra (61,67%). No conjunto da população, a representatividade dos negros é menor: 53,6%, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) de 2014. O índice pode estar sub-representado, pois os questionários do Infopen são respondidos por gestores das unidades prisionais, não se baseando em autodeclaração.

“A cor é um marcador da distribuição desigual da Justiça no Brasil”, afirmou Andreia Beatriz Santos, da coordenação da campanha “Reaja ou será morto”, articulação de movimentos e comunidades de negros do estado da Bahia contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado, no lançamento do relatório *Quando a liberdade é exceção*. “Os réus negros são mais perseguidos, têm mais dificuldade de defesa e tratamento penal mais rigoroso”, exemplificou ela.

Para Andreia, o encarceramento em massa de jovens negros pode ser encarado como um genocídio: “É um processo de eliminação, que se dá direta e indiretamente por ação ou omissão do Estado, que vem se estendendo por diversas gerações. Vivemos em um Estado racista, em que as instituições são formadas e têm sido alimentadas para manter a supremacia branca”. Sua avaliação é de que as prisões deram certo, quando se observa os propósitos para os quais foram criadas: “Elas não deram certo é para o meu povo”. 

**Existem cerca de 300
PESSOAS PRESAS para
cada 100 mil habitantes
no país, o DOBRO DA
TAXA MUNDIAL**

SEM PROTEÇÃO

Trabalhadores rurais e informais, mulheres, idosos pobres e servidores públicos serão os mais afetados pelas ameaças ao direito à seguridade social, assegurado pela Constituição de 1988



FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA

É cedo que se começa a trabalhar na roça. João Antonio ajuda o pai na lida com o gado desde os sete anos de idade, quando vendia leite na rua, pela manhã, e ia a escola à tarde. Aos 14, mudou o estudo para o período noturno, para trabalhar durante o dia na ordenha das vacas leiteiras, no sítio da família, que fica na zona rural de Leopoldina, em Minas Gerais. Agora, aos 26, ele descobriu que não terá mais direito à aposentadoria rural e, se começar a contribuir desde já, e de modo ininterrupto, somente receberá o salário integral de sua aposentadoria com 75 anos. Para ele, essa mudança é mais um sinal do “abandono” e do “descaso” do governo em relação à população do campo e aos trabalhadores em geral. “Um pequeno produtor rural, que tira leite ou planta para sustentar a família, não vai ter condições de pagar a contribuição quando cair a produção”, sentencia.

Ele tem consciência de que as condições de vida no campo são duras. No período das águas, há mais abundância; mas na estiagem, a produção cai e aumentam as despesas e o cuidado com o rebanho. “O serviço da gente é desgastante. Trabalhamos no sol, com chuva, com frio, por isso é injusto termos as mesmas regras que os trabalhadores da cidade”, acredita. Com o projeto de reforma da Previdência apresentado, em dezembro, pelo governo de Michel Temer — que tramita atualmente, na Câmara dos Deputados, como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287 —, fica estabelecida a idade mínima de 65 anos para aposentadoria, com exigência de 25 anos de contribuição, para todos os trabalhadores, do campo e da cidade, homens e mulheres — e carência de 49 anos contribuídos, para receber o valor integral. Com isso, os agricultores familiares e outros pequenos produtores, como pescadores artesanais, perdem o direito à aposentadoria especial, que até então ocorria com 55 anos para mulheres e 60, para homens.

Os trabalhadores rurais são apenas uma das parcelas da sociedade que mais serão afetadas pela atual reforma da Previdência. Mas não estão sozinhos. As mulheres, que hoje se aposentam com 60 anos de acordo com as regras do Regime Geral de Previdência Social, só poderão acessar o direito a partir dos 65. Idosos em extrema pobreza, que não tiveram tempo de contribuição, só vão obter o benefício de prestação continuada — garantido pela Constituição a pessoas em situação de vulnerabilidade social, como idosos pobres e deficientes — a partir de 70 anos e não mais 65, e o valor deixa de ser vinculado ao salário mínimo. As pensões por morte passam a ser pagas por cotas, no valor de 50% ao que o segurado teria direito — ou seja, uma viúva pobre receberá apenas metade do que o marido receberia, com acréscimo de 10% para cada dependente, no máximo de 5. Servidores públicos passam a ter as mesmas regras da iniciativa privada — exceto militares, bombeiros e polícia militar. Essas e outras mudanças, colocadas em tramitação pelo governo, são um retrato das ameaças à seguridade social, garantida pela Constituição ao instituir os direitos à saúde, assistência e Previdência social.

“Está sendo extinto o direito à proteção à velhice no Brasil”, aponta o economista da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador da Plataforma de Política Social, Eduardo Fagnani. Segundo ele, ao se fixar em 65 anos a idade mínima para os brasileiros se aposentarem, na prática uma parcela considerável da população nunca vai chegar a ter esse direito. “Não pode haver uma regra única para o Brasil. Essa é uma reforma feita para ampliar a exclusão num país que é desigual e heterogêneo”, defende. “As medidas são duras com a população mais pobre, e leves com os setores mais bem aquinhoados e de maiores salários”, analisa

a socióloga Lenaura Lobato, especialista em políticas sociais e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ela lembra que a seguridade social é a garantia que a sociedade assume de proteger os indivíduos contra riscos que podem acometer a todos. Diante de medidas que buscam restringir os direitos da população em nome de uma suposta “economia” nos gastos públicos, Radis foi em busca de entender uma questão: Afinal, por que precisa existir o direito à proteção social?

DIREITOS CONQUISTADOS

No Brasil, são 32,7 milhões de benefícios pagos pela Previdência social, de acordo com dados de dezembro de 2015 — 71,3% urbanos; 28,7% rurais. Não são apenas aposentadorias, mas coberturas assistenciais e em razão de acidentes, todos estes garantidos como direitos. Mas é preciso lembrar que a Previdência social não está sozinha dentro da seguridade — junto com saúde e assistência social, completa as três áreas instituídas pela Constituição Federal de 1988, como explica Lenaura Lobato.

“Em sociedades muito desiguais como a brasileira, a seguridade é ainda mais importante porque, ao garantir proteção a todos pela condição de cidadania, ela cria igualdades e constrói sociedades mais democráticas, inclusivas e civilizadas”, pondera. São direitos reconhecidos e que devem ser protegidos por meio da destinação de recursos. “É claro que o Estado ‘gasta’ com proteção social, mas são gastos que a sociedade decide fazer

para ‘investir’ em seu bem-estar”.

A Constituição de 1988 define que a seguridade social é destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, Previdência e assistência social e estabelece ainda as fontes de financiamento. Segundo Eduardo Fagnani, esse modelo se contrapõe ao princípio do seguro, que predominava até então, no qual só tinha direito quem pagava. “Com a seguridade, todo mundo tem direito, mesmo os que não podem pagar. E quem paga a parcela dos despossuídos? O sistema tributário, que faz assim a redistribuição de renda”, explica. Ele ainda ressalta que a garantia de proteção social estabelecida pela Constituição brasileira se inspirou em valores do Estado de bem-estar social europeu, como solidariedade e universalidade. “O SUS faz parte disso: ele é universal e gratuito e quem financia são as contribuições sociais”.

A proteção social é uma forma de compensar as falhas do próprio sistema econômico, esclarece o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Diesse), Frederico Melo. “Um sistema de proteção social visa suprir a falta de recursos e de meios de proteção para indivíduos e famílias frente às vicissitudes da vida”, ressalta. Mas segundo ele, existe um conflito entre o interesse em ser coberto pelo sistema e o de não ser onerado com o seu custeio. “Os governantes querem liberar recursos para serem usados em outros fins. E tem um setor da economia que não quer contribuir e vê a proteção social como um mercado em potencial, para ser coberto pelos planos privados”, completa, acrescentando que para esse segmento o que interessa é “reduzir direitos”.

REFORMA BASEADA EM MITOS

Para os idosos, “não existem muitos gastos”: “o único gasto maior que você tem ao se aposentar é com saúde”. Essa é a visão do secretário de Previdência Social, Marcelo Caetano, ao assumir que a reforma deve ocorrer para dificultar o acesso a direitos. “A despesa com alimentação diminui porque você não precisa comer fora, com transporte há até gratuidade”, afirmou em entrevista à

"É o fim da proteção à velhice"

Eduardo Fagnani
economista da Unicamp

Revista Época (11/12) ao defender o projeto apresentado por Michel Temer ao Congresso. No texto da PEC 287, o governo argumenta que a reforma da Previdência social é “indispensável e urgente” para sustentar o equilíbrio do sistema para as gerações futuras — segundo os dados, “o número de idosos com 65 anos ou mais de idade crescerá 262,7%, alcançando 58,4 milhões em 2060”.

Mas na visão do economista Eduardo Fagnani, a proposta apresentada se baseia em premissas erradas e a primeira delas é a de que existe um déficit na Previdência. “A Previdência faz parte da seguridade social e é financiada, além das contribuições dos trabalhadores e dos empregadores, pelas contribuições do governo, mas desde 1989 o governo não contabiliza a sua parte”, ressalta. Segundo o cálculo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), não há déficit na Previdência: como prevê a Constituição, as receitas e as despesas da seguridade devem ser consideradas em seu conjunto. Em 2015, o governo arrecadou R\$ 694 bilhões com as fontes de contribuições sociais estabelecidas em lei e gastou R\$ 683 bilhões com saúde, Previdência e assistência social, ou seja, o saldo foi positivo no valor de cerca de R\$ 11 bilhões — e assim tem sido nos últimos anos (veja box na página 22 que relembra matéria publicada na edição 167 da *Radis*). “O déficit nada mais é do que a parte do governo, prevista na Constituição, que nunca foi contabilizada. Isso é uma vergonha”, afirma o economista.

Outra premissa falsa, segundo ele, é a ideia de que a sociedade precisa pagar a conta do envelhecimento populacional. “A população está envelhecendo, mas isso não é o fim do mundo. Várias nações desenvolvidas enfrentaram esse problema em meados do século 20”, argumenta, ao destacar que esses países gastam cerca de 14% do PIB com Previdência, enquanto o Brasil gasta bem menos (em torno de 7%). De acordo com Fagnani, trata-se de uma questão de prioridade no uso do dinheiro público: “Qual é a sociedade que queremos daqui a 40 anos: um país em que os idosos tenham proteção social ou uma sociedade onde esses idosos estejam na rua pedindo esmola?”

IDADE MÍNIMA, INJUSTIÇA MÁXIMA

O argumento em defesa da reforma da Previdência parece simples: em países como Suécia, Holanda, Alemanha e Dinamarca, a idade mínima para se aposentar é 65 anos. Já a idade média de aposentadoria nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 64,6 anos. Por isso a proposta apresentada pelo governo pretende equiparar as regras do Brasil a esses países. Mas para Eduardo, essa visão não leva em conta a realidade brasileira. “Não podemos ter regras previdenciárias de países da série A se todos os nossos indicadores estão lá embaixo. Se fosse um campeonato de futebol, em termos sociais, o Brasil está na zona de rebaixamento da série C”, analisa.

Um dos aspectos que precisam ser levados em conta é a desigualdade entre as regiões brasileiras. Eduardo cita que apenas 0,8% dos municípios brasileiros possuem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) próximo ao de países da OCDE. A



Aos 26 anos, João Antonio, que trabalha no campo com a família desde os 7, só poderá se aposentar com salário integral aos 75

maioria das cidades brasileiras (64%) tem IDH considerado médio, baixo ou muito baixo, equivalente ao de países com extrema pobreza, como Botswana, El Salvador, Iraque e Etiópia. “Como podemos ter regras de aposentadoria de países desenvolvidos se temos indicadores sociais semelhantes ao dos países africanos?” Outro ponto é que as regras serão ainda mais rígidas no Brasil, por causa da chamada “carência mínima”, que na prática vai exigir 49 anos de contribuição para um trabalhador ter acesso à aposentadoria integral — norma que não existe nem mesmo nos países desenvolvidos, aponta o economista, a partir de um estudo sobre Previdência social que será divulgado em fevereiro pela Plataforma de Política Social, em parceria com a Anfp e o Dieese, intitulado “Reforma para ampliar a exclusão num país desigual?”.

Segundo dados do IBGE, a expectativa de vida para os homens nos estados de Alagoas, Piauí e Maranhão está em torno de 66 anos — um ano acima da nova idade mínima proposta. “Um trabalhador rural do Nordeste terá regras mais severas para se aposentar do que um trabalhador urbano da Escandinávia [norte da Europa]. Isso é justo?”, questiona o economista. Ao estabelecer uma regra única, a Previdência deixa de levar em conta a diferença entre homens e mulheres ou entre regiões brasileiras: “Não é justo tratar igualmente quem é desigual”, completa. Segundo ele, será impossível para um trabalhador rural das regiões mais pobres, com ciclo de produção sujeito à seca e à chuva, alcançar a aposentadoria. Ele ainda destaca que a proteção social ajuda a fortalecer o mercado interno e a educação.

“O crescimento do mercado interno tem a ver com o trabalho e a transferência de renda pelas fontes da seguridade social, dentre as quais a Previdência é a mais importante”, argumenta, ao destacar que o salário recebido pelos aposentados é utilizado no consumo de bens e serviços e para dar bem-estar às famílias. “A Previdência beneficia hoje 30 milhões de brasileiros, mas se pensarmos que, além deste aposentado, tem 3 pessoas na família, estamos falando de 100, 120 milhões de pessoas impactadas”. A seguridade social também tem efeitos sobre a educação. “Um grande número de jovens foi estudar e não trabalhar, porque as condições de vida da família estavam melhores”, enfatiza. Mas com as novas regras, para se aposentar aos 65 anos e ter direito ao salário integral, o jovem deverá ingressar no mercado de trabalho com 16 anos. “Como a educação pode ser prioridade num país como esse? Nós vamos perpetuar por gerações uma nação com média de 7 anos de estudos”.

RETROCESSO SOCIAL

Preocupação e tristeza são as palavras que definem o sentimento da assistente social Rozelainy Oliveira, que conhece de perto a realidade de famílias sustentadas por mulheres e idosos, em seu trabalho no Fórum do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Bicas, cidade com 13 mil e 600 habitantes. “A mulher tem uma sobrecarga de trabalho e de tarefas com a casa, com os idosos e com os filhos. Muitas mulheres mantêm uma casa sozinha. A mudança na Previdência é um retrocesso no aspecto social, de tudo o que a mulher conseguiu”, narrou à *Radis*. Cuidar de idosos não é uma tarefa simples, apesar de gratificante — Roze, como é conhecida, sabe bem, porque é responsável pela mãe de 88 anos e, junto com uma irmã, também zelou pela tia, que faleceu com 84.

Para cuidar, o amor é fundamental, mas não basta. “Muitas famílias pobres não têm com quem deixar os idosos e não existe uma política voltada para essa população”, relata. Roze iria se aposentar aos 55, porque entrou no serviço público antes das alterações na Previdência realizadas no governo Lula, em 2005. Se as novas regras começarem a valer, ela vai se enquadrar no “período de transição” — para homens com mais de 50 e mulheres com mais de 45. Porém, ela se preocupa principalmente com a realidade de mulheres e idosos pobres que atende em seu trabalho. “Municípios



FOTO: PORTAL BRASIL

pequenos como o nosso têm uma realidade muito difícil, porque não existe uma creche que funcione de segunda a sábado, e nem centros de atenção aos idosos. Por isso, além de cuidar das crianças, as mulheres têm que cuidar dos idosos da casa, porque não têm com quem deixar”, relata.

A equiparação de idade entre homens e mulheres também não faz sentido para Lenaura Lobato. “Os argumentos da melhoria das condições de vida não consideram as enormes desigualdades entre homens e mulheres, a diferença salarial e a jornada de trabalho extensiva aos filhos e à casa”, afirma, ressaltando que o impacto será maior entre as mulheres mais pobres. Também Roze não tem dúvida de quem serão os mais prejudicados: aqueles que mais dependem de proteção social. “Tudo o que foi feito até agora de avanço à proteção social vai acabar. Estão querendo colocar isso na cabeça das pessoas para aceitar numa boa, dizendo que o trabalhador tem que pagar a conta do rombo da Previdência, que a gente tem que colaborar para que isso não aumente”, reflete.

ANDAR PARA TRÁS

A seguridade social é um conjunto de direitos e não benesses, que o Estado tem obrigação de garantir, enfatiza Lenaura Lobato. Segundo ela, a seguridade é uma rede de serviços e benefícios garantidos a todos os cidadãos e prestados por meio de sistemas públicos organizados em todo o território nacional e financiados pela União, estados e municípios. “Nossa seguridade social, instituída pelo inovador capítulo da Ordem Social na Constituição de 1988, tem sido infelizmente dilapidada, mas os avanços foram enormes”, aponta. Ela considera que os segmentos mais atingidos serão os mais pobres, que ocupam o mercado informal de trabalho: “São estes que começam a trabalhar mais cedo, têm os trabalhos mais precários, muitas fases da vida sem carteira assinada e terão mais dificuldades de se aposentar”, analisa.

Um grupo que preocupa são as pessoas com deficiência e os idosos em situação de pobreza. Com as novas regras, o idoso só terá acesso ao Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC) aos 70 anos (e não mais 65), e não haverá mais equiparação com o salário mínimo. A Constituição de 1988 instituiu esse direito, que garante um salário mínimo à pessoa idosa, com

O que muda com a reforma?

IDADE MÍNIMA

Para homens e mulheres: 65 anos
(com 25 de contribuição)

CARÊNCIA

Um trabalhador com 25 anos
de contribuição e 65 de idade
irá se aposentar com
76% do salário.

Para ter salário integral,
terá de contribuir 49 anos.

PENSÃO POR MORTE

50% do valor da aposentadoria que
o segurado teria direito, acrescida
de 10% para cada dependente (no
máximo de 5)

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Só a partir de 70 anos

SERVIDORES PÚBLICOS

Terão as mesmas regras dos demais
trabalhadores, exceto militares,
bombeiro e policiais militares

TRABALHADORES RURAIS

Fim da aposentadoria rural:
terão de contribuir individualmente

REGRA DE TRANSIÇÃO

Para homens acima de 50 anos;
e mulheres, 45
Cumpram um período adicional
de contribuição (“pedágio”)

65 anos ou mais, e deficientes em extrema pobreza. Na visão de Lenaura, esse direito tem um impacto fundamental para garantir um mínimo de bem-estar a essas pessoas. “São idosos que, na sua maioria, trabalharam toda a vida, mas não tiveram empregos formais e por isso não têm direito à aposentadoria regular. Mas ainda assim contribuíram com seu trabalho e impostos para a sociedade”, ressalta.

Segundo a professora, esse é um dos maiores avanços da proteção social brasileira, que está sob ameaça. “A reforma proposta pelo governo é um acinte a esses segmentos, porque os beneficiários vão morrer antes de poder receber”, constata. Também são atendidos crianças, jovens e pessoas com deficiência mental que precisam de apoio. Ao desvincular o benefício do salário mínimo, segundo ela, a seguridade dá um passo “atrás”. “Nós levamos décadas para reconhecer que o salário mínimo deve ser a base de todos os benefícios da seguridade, e incluímos na Constituição”. De acordo com ela, um salário já é pouco para segmentos com muitas necessidades de mobilidade, alimentação e remédios; com a desvinculação, “o governo vai dar reajustes pífios e essa população volta à situação de miséria”, completa.

MÃOS DA TERRA

O sol já se põe quando João Antonio caminha para casa depois de um dia de trabalho. Ele, o pai (de 61 anos) e a mãe (de 56) tiram o sustento para a família exclusivamente da terra. O leite produzido no sítio é vendido para uma cooperativa na cidade. A vida na roça continua simples, mas os tempos já são outros. “No tempo do meu pai havia mais gente para trabalhar, mas hoje as pessoas estão indo embora para a cidade”, comenta. Ele considera que vai haver uma diminuição ainda maior no mercado de trabalho no campo com as mudanças nas regras de aposentadoria, porque a maior parte dos pequenos produtores não terão condições de se adaptar e vão buscar outros tipos de trabalho. Com a reforma, além da idade mínima de 65 anos, também haverá a exigência de que os trabalhadores rurais contribuam individualmente por, pelo menos, 25 anos — hoje a contribuição acontece por meio da produção.

A condição de “segurado especial” para os trabalhadores rurais não é um privilégio, mas uma dívida histórica com essa categoria, explica a advogada especialista em direito previdenciário, Jane Berwanger, que atua em casos de aposentadoria rural no Rio Grande do Sul. “Na Constituição de 1988, além de recuperar essa dívida histórica, também se buscou valorizar aqueles que produzem alimentos”, ressalta. Atualmente, a condição para ter acesso a esse direito — aposentadoria rural com 55 anos, para mulheres; e 60, para homens — é o trabalho em regime de economia familiar, em pequenas propriedades (até quatro módulos rurais). Ainda assim, segundo a advogada, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) nega muitos benefícios a esses segurados, porque cria exigências não previstas em lei — atualmente, cerca de 30% dessas aposentadorias são concedidas na Justiça.

A reforma vai deixar uma parcela dessa população “de fora” do sistema previdenciário, porque muitos não terão condições de realizar contribuições individuais, ressalta a advogada. “Para as mulheres do campo, é ainda mais grave: primeiro, porque a tendência é de que apenas o homem contribua; segundo, porque a mulher terá de trabalhar 10 anos a mais do que hoje”, enfatiza. Jane destaca que vai restar a esses trabalhadores buscar o benefício assistencial, mas nesse caso seria apenas aos 70 anos e o valor pode ser inferior ao salário mínimo. Na visão do economista Eduardo Fagnani, a tendência é aumentar a pobreza nas regiões rurais, principalmente no Nordeste e Norte do país. Em compensação, enquanto os pequenos produtores serão obrigados a contribuir, o setor do agronegócio (formado por grandes empresários, com produção agrícola voltada para exportação) permanece isento de contribuição social para a Previdência.

Na visão de Lenaura, o impacto para o trabalhador rural só tem um nome: “covardia”, porque as condições de vida dessa população são bem diferentes daqueles que vivem na cidade. “Em geral ele começa a trabalhar muito cedo, em trabalhos já pesados, ainda com 12 e 14 anos. Os defensores da reforma deveriam ser desafiados a cumprir pelo menos um mês de trabalho no campo, como um trabalhador rural, e multiplicar isso por 50 anos”, destaca.

Envelhecer não é um

Como sustentar a Previdência social no futuro se a população brasileira está envelhecendo? Essa pergunta que está no centro do debate sobre a reforma tem um aspecto que não está sendo levado em conta, como enfatizou à *Radis* o economista do Dieese e especialista em mudanças demográficas, Frederico Melo: até o presente, no Brasil, o envelhecimento populacional foi impulsionado principalmente pela redução dos nascimentos de filhos por mulher e não pelo fato de que as pessoas estão vivendo por mais tempo. “Não há ligação automática entre o envelhecimento da população e a necessidade de reforma previdenciária”, explica. Segundo ele, o aumento da proporção de idosos no Brasil tem ocorrido por conta da redução da fecundidade, em razão da queda no ritmo de nascimentos. Com isso, como nascem menos crianças, cresce o número proporcional de idosos em relação aos extratos mais jovens.

Na visão do economista, o objetivo da reforma é dificultar o acesso ao gozo dos benefícios. Segundo ele, essa não é a saída para ampliar a arrecadação que dá sustento à seguridade social. Um dos caminhos seriam políticas voltadas para ampliar o mercado formal. “Quanto mais pessoas contribuírem com a Previdência, melhor para a sustentação do sistema. Se a economia estiver desenvolvendo, isso facilita o custeio da

seguridade”, enfatiza. Ele também destaca que não é justo penalizar segmentos da população que necessitam de proteção social, como as mulheres. “Grande parte das mulheres não tem ajuda do companheiro nas atividades familiares e domésticas. O Estado brasileiro não oferece creche e serviços públicos adequados a essa população”, analisa.

Também o economista Eduardo Fagnani critica o que chama de “fatalismo demográfico” para justificar a reforma. “A reforma é baseada em mitos e no medo da catástrofe demográfica, que não tem sustentação técnica, porque existem alternativas. O discurso não é para esclarecer, mas para amedrontar, como se o país fosse acabar em 2060 se nada for feito. Isso é uma mentira!”, enfatizou à *Radis*. Na sua visão, existem saídas para aumentar a arrecadação da Previdência com justiça tributária, combate à sonegação e redução da taxa de juros. Também é fundamental incluir as pessoas que estão fora do mercado formal, que correspondem a quase 40% dos trabalhadores, que não contribuem e não gozam de direitos trabalhistas e previdenciários. “O desafio hoje é incorporar essas pessoas que ainda não estão cobertas pela proteção social”, ele aponta, e acrescenta que é necessário sim uma reforma para incluir e ampliar direitos, e não para dificultar o acesso.

SEGURIDADE SOCIAL (EM 2015)

TOTAL DE RECEITAS: R\$ 694,2 BI

Principais fontes:

- Receitas previdenciárias: R\$ 352 bi
- Cofins: R\$ 200 bi
- CSLL: R\$ 59 bi
- PIS/Pasep: R\$ 52 bi

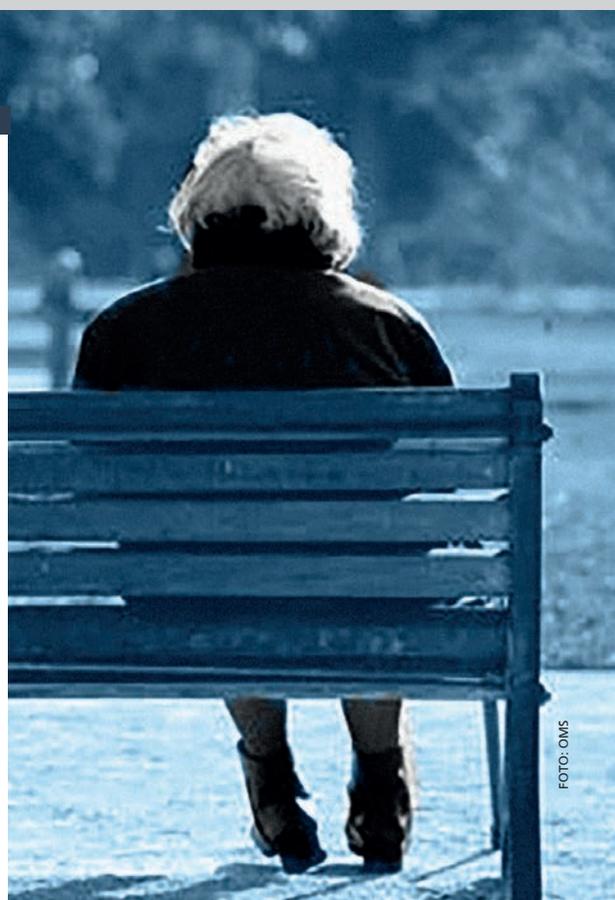
TOTAL DE DESPESAS: R\$ 683 BI

Principais despesas:

- Benefícios previdenciários: R\$ 436 bi
- Saúde: R\$ 102 bi
- Benefícios assistenciais: R\$ 41 bi
- Bolsa Família: R\$ 26,9 bi

SALDO POSITIVO: R\$ 11 BI

Fonte: Anfip



fardo

Também para a advogada Jane Berwanger, o governo não mexe numa área essencial: a receita previdenciária, e só ataca os benefícios. “Defendemos que se deveria proteger o ingresso de recursos, tanto evitando desonerações, desvinculações, como também melhorando sistemas de arrecadação”, destaca. Para ela, a Previdência é um dos melhores e maiores mecanismos de distribuição de renda. “Basta ver que 2/3 dos benefícios previdenciários são de um salário mínimo, ou seja, isso por si só já demonstra a importância para essas pessoas de ter acesso à Previdência”, afirma.

Mas não seria uma boa alternativa adotar a Previdência privada? Para os especialistas ouvidos por *Radis*, esse caminho não é a solução e pode ser uma armadilha. “A privatização do sistema é o pano de fundo que está por trás da reforma. Mas não podemos esquecer que é uma ilusão: o setor privado só dá aposentadoria se você pagar direitinho. Se você sofrer um acidente antes e ficar inválido, você vai ter que ‘chorar para o papa’”, ironizou o economista Eduardo, ao enfatizar que a Previdência social apresenta uma cobertura integral e universal. Um dos efeitos que ele aponta para o sistema é que muitas pessoas vão deixar de contribuir porque perceberão que nunca vão se aposentar; com isso, há uma chance de quebrar o sistema público. “A Previdência privada é caríssima e pouco

acessível até para a maior parte da classe média, quanto mais para os mais pobres”, ressalta Lenaura. Segundo ela, a população está descrente e mal informada, o que só favorece os mal intencionados.

Saídas para a seguridade social existem e os entrevistados ouvidos por *Radis* apontam ainda para a necessidade de mudar a prioridade do governo, que privilegia o pagamento da dívida pública, ao invés de investir na seguridade social (veja *Radis 162* e box sobre o rombo da Previdência). “O que os defensores da reforma dizem é que os recursos arrecadados não estão sendo suficientes para pagar os benefícios, por isso precisamos fazer mais uma reforma. Mas há uma profusão de estudos mostrando que não há déficit”, argumenta Lenaura.

Retirar recursos é “um retrocesso para um país que vinha tentando trilhar o desenvolvimento com alguma justiça social”, avalia a professora. Segundo ela, se há algo para se preocupar no futuro, é com a “conta da desigualdade”. Na sua avaliação, essas medidas duras não foram discutidas nem apresentadas à sociedade através de eleições, como se espera nas democracias. “Infelizmente teremos mais doenças, e mais graves, em decorrência da falta de assistência e de saneamento. E o agravamento das condições sociais gera violência e divisão social”, analisa. Pela falta de proteção social, aí sim o futuro do país pode estar comprometido. (LFS) 

SAIBA MAIS

Previdência Social — Contribuição ao debate (Anfip)
goo.gl/YsnXJw

Os impactos das mudanças demográficas na Seguridade Social e o ajuste fiscal (Frederico Melo)
goo.gl/y3Zn95

Análise da Seguridade Social 2015 (Anfip)
goo.gl/pCHIMB

Previdência Social: Reformar ou Destruir? (Eduardo Fagnani)
goo.gl/oa0TDT

“Não existe déficit”

Como sustentar a Previdência social no futuro se existe um déficit nas contas apontado em cerca de R\$ 149,7 bilhões somente em 2016 pelo governo? *Radis* ouviu diferentes especialistas no tema das políticas sociais, que constatam: Não há déficit na seguridade. Isso porque a Constituição de 1988 estabeleceu que a Previdência faz parte da seguridade, junto com saúde e assistência social, e é financiada por toda a sociedade por meio de três tipos de fontes, como ressalta o economista da Unicamp, Eduardo Fagnani: pelos trabalhadores, empregadores e pelo governo. Ele explica que, desde 1989, o governo só leva em conta as chamadas contribuições previdenciárias e desconsidera as outras contribuições sociais, como Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e PIS/Pasep (Programa de Integração Social). “Como se pode falar em déficit se existem fontes asseguradas constitucionalmente que não são utilizadas?”, questiona o economista.

Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), o saldo da seguridade em 2015 foi positivo em cerca de R\$ 11 bilhões, mesmo com a crise econômica: o governo somou R\$ 694 bilhões com as fontes das contribuições sociais e gastou R\$ 683 bilhões nas três áreas (saúde, Previdência

e assistencial social). “O governo e as instituições financeiras isolam a Previdência, tomam uma única receita e delas deduzem o total de gastos com benefícios”, ressaltou a economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Gentil, na edição 167 da *Radis*. Segundo a especialista, o correto seria considerar o total de fontes estabelecidas na Constituição para a seguridade, como todas as contribuições sociais e previdenciárias e a receita de concursos e prognósticos (como loterias).

Para onde vai esse dinheiro das contribuições que não é gasto com a seguridade social? “Quando o governo fala do ‘rombo’, ele está considerando apenas contribuições de empregados e empregadores, e não todos os recursos que fazem parte do orçamento da seguridade social”, explica a socióloga Lenaura Lobato. Uma parcela desses recursos arrecadados com as contribuições sociais é utilizada pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), uma estratégia utilizada desde 1994 para retirar dinheiro da área social e direcionar ao pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada (*Radis 162*). Até então o percentual que poderia ser desviado era de 20% da arrecadação, mas em 2016 esse limite passou a ser de 30%. “O déficit não é da seguridade, é de honestidade com a sociedade”, completa. (LFS)



**BRASIL
URGENTE**



**OPERAÇÃO
DE RISCO**

VIOLAÇÕES NA TELA

Programas policiais no rádio e na TV desrespeitam os direitos humanos e estimulam a cultura da violência, indica levantamento

Luiz Felipe Stevanim

A câmera colocada na sala de estar revela a menina de 9 anos sendo abusada por um vizinho. Com sua nudez e identidade expostas, a única proteção para essa criança é um recurso visual para cobrir as genitais e, em alguns trechos, o rosto. Os longos 17 minutos exibidos na TV mostram a cena do estupro repetidas vezes e indicam o mapa do crime: a reportagem entrevista o pai da criança, mostra o local de residência da vítima e do agressor, interpela a mulher do suspeito. Além do estupro sofrido, a criança e toda sua família têm seu direito à privacidade e sua dignidade violados pela emissora de TV, que cometeu diversos abusos em relação a garantias previstas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As imagens do estupro, que teriam sido registradas pela família, foram veiculadas em 2014 na emissora cearense TV Cidade, afiliada à TV Record, e exibidas nos programas Cidade 190 e Cidade Alerta CE. O caso gerou a comoção de entidades da sociedade civil voltadas para a defesa dos direitos humanos, que se mobilizaram em frente à emissora denunciando as violações com o lema: “Nossa dor não é espetáculo”. Ainda assim, a TV Cidade continuou exibindo as imagens do estupro, o que só foi interrompido com a ação do Ministério das Comunicações que, pressionado pela sociedade civil, multou a empresa em R\$ 23 mil, por ter descumprido normas dos serviços de radiodifusão, ao atentar contra o sentimento público expondo pessoas a situações de constrangimento.

Para ajudar no combate a esse tipo de prática jornalística que viola os direitos e a dignidade humana, adotada por programas policiais exibidos em qualquer horário da programação, a campanha “Mídia Sem Violações de Direitos”, que parte de uma iniciativa do Coletivo Intervezes e da Andi Comunicação e Direitos, fez um levantamento no conteúdo veiculado por 28 programas jornalísticos com esse perfil em 10 capitais brasileiras, ao longo de 30 dias (de 2 a 31 de março de 2015). Os resultados revelam que o caso da cena de estupro exibida no Ceará não é isolado, ao contrário, é uma prática cotidiana desses programas chamados de “policialescos”, dedicados a narrativas de violências e criminalidades, com forte apelo popular e cunho sensacionalista. Em apenas um mês, os programas de rádio e TV analisados cometeram 4.500 violações de direitos previstos em leis brasileiras, em acordos internacionais ratificados pelo Brasil ou normas autorregulatórias, como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. A campanha lançou ainda uma plataforma, em outubro de 2016, para receber denúncias de violações que podem ser feitas por qualquer pessoa e que devem ajudar no monitoramento desse tipo de conteúdo e pressionar medidas por parte dos poderes públicos.

As violações são ainda mais graves porque as emissoras de rádio e televisão são concessões públicas, como ressalta Suzana Varjão, jornalista da Andi que coordenou o levantamento. “Esses programas passam em qualquer horário, sem qualquer tipo de mediação. O impacto não é somente sobre os indivíduos, mas sobre a mentalidade dos futuros cidadãos”, aponta, ao lembrar que crianças são cotidianamente expostas a esse tipo de programação inadequada, porque a exibição desses conteúdos ocorre geralmente na hora do almoço e à tarde. A banalização da violência tem um impacto negativo na formação de crianças e adolescentes e na disseminação da cultura da violência, segundo Helena Martins, jornalista e representante do Intervezes no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). “Muitas vezes, crianças assistem a esses programas sozinhas e acabam sendo educadas nessa lógica da

naturalização da violência e incentivadas a não acreditar nas instituições democráticas”, reflete.

Entre as práticas mais recorrentes, está a exposição indevida de pessoas, quando a emissora de TV ou de rádio revela a intimidade de uma pessoa, vítima ou não de violência física, como ocorreu 1.704 vezes ao longo de um mês nos 28 programas. Também foram identificados casos de desrespeito à presunção de inocência (1.580 vezes), violação do direito ao silêncio (614), exposição indevida de famílias (259) e incitação à desobediência às leis ou decisões judiciais (151) e ao crime e violência (127), todos estes em desacordo com a Constituição Federal. A identificação de adolescentes em conflito com a lei também são recorrentes, percebidas 39 vezes em um mês, o que contraria o ECA. “Num pequeno trecho de alguns minutos, uma narrativa dessas comete inúmeras violações”, comenta a jornalista da Andi. Nos casos mais graves, foram observados até mesmo discursos de ódio e preconceito (17 vezes) e tortura psicológica ou tratamento desumano (9), em que os suspeitos são submetidos a agressões e pressão psicológica, na tentativa de levá-los a uma confissão ao vivo.

VIOLÊNCIA AO VIVO

O linchamento é televisionado. O apresentador do Cidade 190, da TV Record, esbraveja: “Tá com pena? Leva ele pra sua casa, né?” Ele se refere a um suspeito de ter assaltado uma mulher que foi espancado por pessoas que viram o ocorrido. Em um discurso de ódio que incita à violência, o apresentador ainda critica as entidades que defendem os direitos humanos: “Agora direitos humanos vêm aqui agora (*sic*) para incendiar junto com ele aí também!” Cenas como essas são recorrentes em uma prática jornalística que incentiva a cultura da violência e a ideia de que é preciso fazer justiça com as próprias mãos. “Esses programas policialescos traduzem as teorias mais retrógradas sobre criminalidade e segurança pública para a população”, avalia Helena Martins. Segundo a jornalista, ao assumir os conceitos de “tolerância zero” e de que a imprensa está sempre “alerta”, esse tipo de mídia busca legitimar leis mais duras e que apostam na punição e no encarceramento.

Ao invés de contribuir para uma sociedade mais segura, esse jornalismo faz o que Helena considera um “debate rasteiro sobre segurança”, que favorece a perpetuação da violência ao defender políticas que já se mostraram equivocadas. “Eles promovem um discurso de que bandido bom é bandido morto, de que direitos humanos são apenas para bandidos e fortalecem uma agenda regressiva no campo da política”, assinala. Outra prática recorrente é a difusão do discurso de que “lei no Brasil não presta”. “Há um combate recorrente e sistemático aos instrumentos que compõem a democracia brasileira. Não é apenas desrespeitar, mas incitar ao desrespeito”, analisa Suzana Varjão. Ela cita o caso do apresentador Marcelo Rezende, do “Cidade

Alerta” da TV Record, que teria dito: “O que a lei diz é problema da lei”, incentivando o descumprimento e o descrédito em relação às leis brasileiras.

Por trás dessa indignação veiculada nos programas policiais, com frequência se esconde um discurso baseado no conservadorismo religioso. *Radis* comprovou que, recentemente, o apresentador Marcelo Rezende esteve no programa “Fala que eu te escuto”, da Igreja Universal do Reino de Deus, e defendeu a pena de morte com base nos textos da Bíblia. “Deus diz: ‘Aquele que mata sem razão, há de morrer’. (...) Então é assim, faz, paga e paga com a vida”, afirmou. De acordo com o levantamento do Interverzes e da Andi, o Cidade Alerta lidera o Ranking de Violações de Direitos Humanos na TV Aberta, divulgado na Plataforma Mídia Sem Violações. Ainda segundo os dados, os programas produzidos em São Paulo foram os que registraram o maior número de narrativas com violações (26,6%), seguidos pelo Distrito Federal (17%) e Recife (16,2%).

Não por acaso, o Brasil registra em média um linchamento por dia, de acordo com dados divulgados em 2015 pelo livro “Linchamentos — A justiça popular no Brasil”, do sociólogo José de Souza Martins. Para Suzana Varjão, existe uma relação entre o simbólico e o real. “Narrativas midiáticas constroem o quadro social que a gente considera como real”, analisa. O caso emblemático foi o que ocorreu com os proprietários da Escola de Educação Infantil Base, em São Paulo, em 1994, que foram acusados de pedofilia em matérias como “Kombi era motel na escolinha do sexo”. A escola foi depredada e proprietários e funcionários, mesmo tendo sido comprovada sua inocência pela Justiça posteriormente, sofreram ameaças de morte, perderam emprego e desenvolveram problemas de saúde.

PRA CRIANÇA NENHUMA VER

Por serem considerados jornalísticos, os programas policiais não têm restrição de horário para serem exibidos. Mas uma decisão do Supremo Tribunal Federal (31/8) fragilizou o mecanismo de classificação indicativa para o restante da programação, ao acabar com a multa para emissoras de rádio e TV que exibirem programas em horário não recomendado para determinada faixa etária (*Radis* 169). Na avaliação de Helena Martins, o risco é de haver a expansão desse modelo de programas violentos para o entretenimento em qualquer horário. “O fim da classificação indicativa é um total desrespeito à construção dessa política junto com a participação da sociedade”, afirmou, acrescentando ainda que a mudança legitimou a ideia de que liberdade de imprensa é a liberdade para “fazer qualquer coisa”, sem nenhuma responsabilidade.

A educadora Rosa Maria Matos, da Rede Nacional da Primeira Infância, relata que já ouviu de uma criança de 6 anos que não tinha conseguido dormir de noite por conta de um programa de TV que assistiu à tarde junto com a irmã. Segundo ela, a televisão está ali o tempo todo como “ambiente de fundo” para a formação dessas crianças, que assistem sozinhas à TV aberta, porque a mãe ou os responsáveis têm que trabalhar. “As crianças das favelas estão com seus espaços coletivos inseguros, não tendo acesso à educação integral”, aponta, como fator agravante. Helena também se refere ao risco da programação violenta para a formação de crianças e adolescentes. “Quando a gente passa a naturalizar a morte, a ver um corpo e a fazer sinais atrás para aparecer na TV, que tipo de seres humanos estamos produzindo?”, questiona.

Para mudar o artigo do ECA que impede a identificação de adolescentes suspeitos de ato infracional, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara aprovou o Projeto de Lei 7.553/2014 (5/10), que passa a permitir a exposição desses jovens a partir de 14 anos. De acordo com o relator do projeto, o deputado federal Cláudio Cajado (DEM-BA), a divulgação das imagens ajudaria na detenção e punição do menor infrator. Mas para Helena Martins, essa ideia é um equívoco, porque a vedação à exposição pela imprensa não impede que as imagens sejam usadas na investigação pela polícia, mas busca evitar apenas a exposição indevida.

Para a coordenadora do movimento Moleque — Movimento de Mães pelos Direitos dos Adolescentes no Sistema Sócioeducativo, Mônica Cunha, as consequências desse discurso para as famílias de “jovens em conflito com a lei” são muito grandes. “Nós somos as vítimas diretas e cotidianas dessa mídia que se apresenta como justiceira e faz questão da punição, mesmo que o jovem não tenha ido a julgamento”, avalia. O desrespeito à presunção de inocência pode não ter volta e impactar na formação de um adolescente, considera Suzana. Essa prática ocorre quando o comunicador afirma que determinada pessoa ou grupo de indivíduos cometeu um crime sem comprovação e sem que tenha havido julgamento. “Com base apenas no boletim de ocorrência ou em depoimento de policiais, esses programas costumam divulgar nomes e imagem de acusados, afirmando a autoria do ato, sem que tenha sido comprovado ou sequer aberto inquérito de investigação”, afirma a jornalista. Segundo ela, a presunção de inocência é um dos fundamentos da ética jornalística.

SAIBA MAIS:

- <http://www.midiasesmviolacoes.com.br/>

ESTRANGULAR

ATE: 6 MORTOS
TE ACOMPANHO

BALANÇO GERAL MG ASSALTO! POLICIAL E BANDIDO MORTOS A TIROS

CASO DE POLICIA

TRAVESTI É ENCONTRADO MORTO COM MÃO DECEPADADA

“MÃE é INOCENTE”

Ana Cláudia Peres

Daniele Toledo do Prado é a mãe de Victória e não “o monstro da mamadeira”, como foi rotulada por um programa de TV e depois outro e mais outro, em outubro de 2006. Naquela época, viu a sua vida desmoronar quando foi acusada injustamente de ter assassinado a própria filha de 1 ano e três meses. A versão da polícia — alardeada pela mídia como verdade absoluta — era de que ela havia colocado cocaína na mamadeira da criança. Presa, foi liberada depois de 37 dias, após um laudo do Instituto de Criminalística de São Paulo comprovar que não tinha qualquer sinal da droga no corpo da menina. O resultado do teste rápido que levou a dona de casa à prisão era na verdade um falso positivo. Como revelou a investigação, o que havia na mamadeira era resquício de um medicamento para convulsões que, sob prescrição médica, Daniele dava à filha. A pequena Victória nasceu com problemas de saúde que nunca foram diagnosticados com precisão. Daniele foi inocentada pela justiça em 2008.

Mas a vida nunca mais seria a mesma. Na prisão, ela não pode acompanhar o enterro da filha. Ficou muito tempo sozinha. Foi agredida pelas outras detentas que a reconheceram da reportagem na TV. Teve traumatismo intracraniano, inúmeras fraturas ósseas, depressão. Perdeu a audição e a visão do lado direito. E somente agora sente que começa a se refazer. Daniele move uma ação contra o Estado (que agora corre em terceira instância) e muitos processos contra os programas de TV que lhe difamaram na época — embora a maioria deles já tenha sido arquivado. Talvez por isso ela acaba de contar a sua história no livro “Tristeza em Pó” (Editora nVersos), onde usa anotações de um

diário escrito à época para relatar tudo o que viveu.

Neste momento, em que é lançada a campanha “Mídia Sem Violações de Direitos” (ver reportagem a partir da página 24), *Radis* conversou com Daniele. Na entrevista, que aconteceu em duas etapas (por email e por telefone), ela fala sobre o papel desumano que a mídia desempenhou em sua história e ajuda a pensar sobre o quão nocivo pode ser um jornalismo que julga e condena. “Infelizmente, a matéria que mais vende é: ‘Mãe mata’; e não: ‘Mãe é inocente’”, diz. Na manchete de *Radis*, a frase que Daniele gostaria de ter lido nos jornais há 10 anos.

Você foi presa injustamente acusada de matar sua filha com cocaína na mamadeira. Como foram os dias que passou na prisão?

Foram terríveis, sentia a todo momento muita saudade de minha filha. A dor da perda e de não saber realmente o que tinha acontecido me doía a alma. Muita sede e dor, tanto física como psicológica, pois eu estava sendo acusada e condenada por uma coisa que eu tinha certeza que não tinha feito. Eu não pude viver o luto da minha filha.

No livro, você conta em detalhes o espancamento sofrido na cadeia. De acordo com o seu relato, as outras presas souberam do caso pela imprensa...

Isso aconteceu logo na primeira noite, em 29 de outubro de 2006, dia da eleição de segundo turno pra presidente do Brasil. Como Taubaté é uma cidade relativamente próxima de São Paulo, vários veículos de comunicação acabaram vindo pra cá. Logo que fui presa e levada pra uma cadeia pública, as moças que estavam lá já tinham visto a notícia num aparelho de TV que ficava ligado na madrugada e sabiam que aquela mulher que acabava de chegar era a mesma que elas viram na televisão. Elas acharam aquilo uma barbárie e foi aí que começaram as agressões tanto físicas como verbais. Mas acho que, naquela situação, até eu, se tivesse escutado na TV da maneira como foi divulgado, também iria ficar chocada.

Que papel você considera que tem a mídia no seu caso?

Na verdade, considero que a mídia foi uma das principais responsáveis pelo pré-julgamento que fizeram a meu respeito. A médica disse pro delegado, o delegado passou a informação para a imprensa. Era

uma informação errada e, se não tivesse havido toda essa repercussão, poderia ter sido diferente. Eu iria responder ao processo da maneira correta, mas não na forma do circo armado que acabou acontecendo.

Você viveu uma espécie de linchamento na TV, sendo inclusive rotulada pela imprensa como “o monstro da mamadeira”. Nos 37 dias em que ficou presa, tinha conhecimento de como sua história estava sendo contada aqui fora?

Fiquei só a primeira noite com outras detentas [na cadeia de Pindamonhangaba]. Daí fui levada pra UTI da Santa Casa e de lá para uma outra cadeia [em Caçapava]. Em seguida, fui transferida pra penitenciária de Tremembé, onde fiquei isolada. Aí eu não tive mais contato direto com outras presas, nem com televisão, rádio, nada. As notícias que tinha era quando meus pais iam me visitar, quando era permitido. Minha mãe falava da repercussão do caso. Mas eu não podia imaginar... Eu achava que eram mais os veículos de comunicação da região mesmo. Só fui tomar consciência do tamanho de tudo, depois que saí. Sou de uma cidade do interior, de uma família simples e fiquei perplexa de ver o que foi noticiado sabendo que eu não tinha feito nada daquilo que estavam me acusando na imprensa. Era uma mistura de sentimentos tão grandes...

Foi por isso que você decidiu contar a sua história em livro?

A decisão de contar minha história demorou um pouco para eu aceitar, e não foi por retorno financeiro, e sim porque eu não estava bem emocionalmente, por mexer em questões que eu gostaria de esquecer, mas era impossível. Então resolvi contar. Uma história assim não poderia ficar sem a minha voz, não poderia ficar esquecida, não poderia ser mais uma. Então, aceitei o convite da editora depois de dois anos por insistência do site deles. É muito difícil contar uma história que a gente viveu, revisitando todos aqueles sentimentos do momento. Mas tive a ajuda de uma psicóloga que me auxiliou bastante.

Muito tempo depois e com o lançamento do livro, alguns jornais contaram a sua versão da história. Isso é suficiente para reparar o que você sofreu?

Não. Na época, eles só contaram o que ouviram da polícia e do delegado. Não fui ouvida. Isso foi só depois. Na verdade, o caso veio à tona agora por conta do lançamento do livro. Mas não tive tanto espaço quanto foi veiculado na época. Porque a gente sabe que, infelizmente, a matéria que mais vende é: “Mãe mata”; e não: “Mãe é inocente”. Eu também não esperava que a repercussão do livro fosse tanta. As pessoas gostam de ler romance e essa é uma história triste, pesada, real, e que a gente vê na televisão mas não imagina que acontece tão perto.

Você tem participado de eventos que discutem o papel da mídia em casos de violações de direitos. Acredita que falar da sua história contribui para uma mudança de postura da sociedade?

Com o meu caso, o que eu pretendo é falar da importância e do cuidado de um jornalismo responsável e de uma matéria bem apurada e do quanto o pré-julgamento pode destruir uma vida. A gente sabe que o meu caso não foi o primeiro nem vai ser o último. Mas pode ser que, pelo menos, as pessoas se conscientizem um pouco mais, pra que isso não venha a se repetir com tanta frequência. Como seres humanos, todos nós estamos sujeitos ao erro. Mas a mídia tem que saber que essas pessoas de quem eles falam têm mães, têm pais, algumas têm filhos. A gente sabe do direito da imprensa de veicular notícias e dar informação, mas uma notícia mal dada destrói vidas. Esse estigma de ter sido presa, e ainda mais quando a imprensa faz o que fez comigo, fica para sempre. Você encontra muitos preconceitos. Eu tentei vários empregos até que comecei a trabalhar. Um dia a gerente disse pra mim: “Olha, eu sei que você é inocente mas você já foi presa”. Já escutei isso várias vezes. E as pessoas ainda falam: “Ah, mas se ela é inocente, por que o Estado não reparou?”. Elas muitas vezes não entendem que é um processo, às vezes, longo, e que é muito difícil que o Estado, que responde pelos policiais e pelo delegado da época, vá reconhecer o erro. Tentei também processar esses veículos de comunicação, mas todos eles recorreram. Muitos processos já foram arquivados – inclusive o que dei entrada contra o Datena [apresentador do programa *Brasil Urgente*, da TV Bandeirantes], que foi quem me colocou esse apelido de “monstro da mamadeira”, sendo seguido depois por muitos outros veículos.

É possível refazer a vida depois de tudo? Como você vive hoje e o que gostaria de dizer para os que conhecem a sua história apenas pela versão da mídia na época?

Possível, é. Mas é muito difícil. Tudo isso vai completar 10 anos em outubro e eu ainda carrego muita marca do que me aconteceu por conta dos veículos de comunicação. Hoje, posso dizer pra você que estou reconstruindo a minha vida e que consigo andar um pouco mais de cabeça erguida. Mas minha vida é bem reservada, pelo menos eu tento que seja. Sou bem caseira, até porque tenho medo ainda de sair na rua, procuro sair sempre acompanhada, faço terapia semanalmente e passo no psiquiatra uma vez por mês. Às vezes, temos o costume de julgar as pessoas sem ouvir o outro lado da história, o julgamento precipitado pode e acaba mesmo com vidas. No meu caso não acabou só com a minha, mas de uma família inteira. Sei que tenho que andar de cabeça erguida pois não fiz nada do que me acusaram. Depois de tudo o que passei, fica difícil. A crueldade humana fere e destrói. Mas nem tudo foi ruim, tive a oportunidade de ver quem realmente estava do meu lado, quem acreditou em mim e poder conhecer nesses anos pessoas que me acolheram de coração, muitas acreditaram em mim sem nem ao menos me conhecer pessoalmente, afora meus pais, meu filho e minha tia Teresa. Isso, pode ter certeza, foi e é muito importante para que eu esteja aqui hoje contando um pouquinho da minha história. 



O criador da Atenção primária

Médico que estabeleceu relação entre saúde e desigualdades deixa lições ainda atuais

Paulo Buss *

Em dezembro de 2016, morreu, placidamente, em sua casa na Suíça, aos 93 anos, uma das maiores figuras da saúde pública mundial do século 20: o médico dinamarquês Halfdan Mahler, terceiro diretor geral na história da Organização Mundial da Saúde (OMS) e criador da atenção primária, uma das mais efetivas estratégias de todos os tempos para promover a saúde e salvar vidas humanas.

Insatisfeito com os rumos caros, ineficazes e excludentes que tomavam as tecnologias em saúde nos anos 70, convocou o mundo para discutir fórmulas simples, baratas e eficazes para chegar com saúde a todos os cantos da terra e, sobretudo, aos mais pobres. A Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em setembro de 1978, em Alma Ata, república socialista do Cazaquistão, então integrante da União Soviética, partiu da constatação de que a saúde não é um produto exclusivamente resultante da genética e da biologia humana; depende fundamentalmente das condições de vida a que está submetida a comunidade e seus integrantes: renda, habitação, saneamento, nutrição, entre outros fatores.

Decorrente deste conceito ampliado de saúde, a Declaração de Alma Ata — o mais importante documento da saúde pública contemporânea — clama, inicialmente, por uma nova ordem econômica mundial, que coloque a saúde como direito humano fundamental no centro de suas preocupações e compromissos, o que é imprescindível para o desenvolvimento e para manter a paz no mundo. Considera política, econômica e socialmente inaceitáveis as desigualdades no estado de saúde das pessoas, existentes entre países e no interior dos mesmos, o que, aliás, se mantém na atualidade em quase todo o mundo globalizado pelo neoliberalismo egoísta e irresponsável.

A atenção primária de saúde está destinada a resolver os problemas comuns de saúde; por isso está munida de ações de promoção da saúde, prevenção e assistência, recuperação e reabilitação dos enfermos. Estabelecia que devia conter pelo menos: educação para a saúde, orientando as pessoas sobre

como preservar e melhorar sua saúde e prevenir-se dos principais problemas que poderiam acometê-las; alimentação saudável e nutrição; acesso à água potável e saneamento básico; atendimento prioritário às crianças e mulheres, incluindo o planejamento familiar; vacinas adequadas e oportunas para todas as pessoas; prevenção e controle das enfermidades endêmicas e das doenças comuns que afetam a população; e medicamentos essenciais. Este 'receituário' continua tão oportuno, quanto ainda não alcançado em muitos países do mundo. Invoca o compromisso de outros setores com os resultados de suas políticas e ações sobre a saúde, como: educação, agricultura e produção de alimentos, moradia, saneamento e meio ambiente, e outros serviços públicos atuando em efetiva e harmônica articulação.

O componente de saúde da Constituição Federal do Brasil de 1988 foi herdeiro direto das ideias de Alma Ata, 'tropicalizadas' e transferidas à Constituição pela histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde, que completou 30 anos de realização em 2016. A atenção primária materializou-se de forma extremamente exitosa na Estratégia da Saúde da Família, implementada pelo SUS, aqui no Brasil. Com a morte de Mahler, foi-se um dos grandes ícones da saúde pública mundial. Esteve no Brasil, a convite do Ministério da Saúde, em 2003, nas comemorações dos 25 anos da Declaração de Alma Ata, quando recebeu a mais importante honraria concedida pelo governo brasileiro na área da saúde. Admirava profundamente o SUS. Misturou-se com nosso povo e adorou a feijoada. Seu exemplo permanece indelével e deve ser respeitosamente invocado neste momento em que nunca a atenção primária — nosso programa de saúde da família — tem reconhecidamente feito tanto bem para a população brasileira e, paradoxalmente, se encontra tão ameaçada pela redução de recursos e outras alterações impostas pela reforma da Constituição Cidadã de 1988. Morreu Mahler! Viva Mahler!



Paulo M. Buss é médico, coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz e membro titular da Academia Nacional de Medicina

Aquele 1%

Relatório sobre agrotóxicos que aponta segurança em 99% dos alimentos para contaminação aguda gera questionamentos e nota de repúdio à Anvisa

Bruno Dominguez

“Quase 99% das amostras de alimentos analisadas pela Anvisa, entre o período de 2013 e 2015, estão livres de resíduos de agrotóxicos que representam risco agudo para a saúde”, anunciava o site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em 25 de novembro de 2016, quando divulgava o relatório do Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para) 2016. O texto e o próprio relatório foram o centro de uma disputa no 7º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (Simbravisa), que começou no dia seguinte, em Salvador. De um lado, pesquisadores e integrantes da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. De outro, o diretor-presidente da agência responsável pelo levantamento, Jarbas Barbosa.

O Para 2016 foi o primeiro a monitorar o risco agudo para saúde — aquele relacionado às intoxicações que podem ocorrer dentro de um período de 24 horas após o consumo do alimento

que contenha resíduos. Nas edições anteriores, as análises da Anvisa tinham como foco o risco crônico. Em 2010, o programa detectou que em apenas 37% dos alimentos não foram encontrados resíduos de agrotóxicos, número que caiu para 22%, em 2011, e passou a 35% e 37% nas duas edições de 2012.

Para a edição de 2016, a agência avaliou entre 2013 e 2015 12.051 amostras de cereais, leguminosas, frutas, hortaliças e raízes, totalizando 25 tipos de alimentos, nos 26 estados do Brasil e no Distrito Federal. Em 1,11% das amostras de 13 deles foram identificadas situações de potencial risco agudo, a maior parte relacionada à presença de carbofuranos, agrotóxico que está sob reavaliação toxicológica na Anvisa desde 2008. Esse ingrediente ativo foi classificado como altamente perigoso pela Organização Mundial da Saúde e não pode ser comercializado na Europa e na Califórnia (EUA).

Nas laranjas monitoradas pelo Para, 11% apresentaram situações de risco relativas ao carbofuranos. Nos abacaxis, 5% tinham potencial de risco relacionado ao agrotóxico carbendazim, também proibido em vários países. Para os demais produtos, como abobrinha, pimentão, tomate e morango, o risco agudo calculado foi considerado aceitável em quantidade superior a 99% das amostras.

“As irregularidades apontadas no relatório não representam risco apreciável à saúde do consumidor do ponto de vista agudo”, afirmou a Anvisa em nota, ressaltando apenas que o risco é maior para o agricultor “caso ele utilize agrotóxicos em desacordo com as recomendações de uso autorizadas pelos órgãos competentes”. A agência acrescentou que “as irregularidades também podem indicar uso excessivo do produto ou mesmo a colheita do alimento antes do período de carência descrito na bula do agrotóxico”.

Nas duas mesas do Simbravisa em que palesou Jarbas Barbosa, o representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida Pedro Henrique Abreu interpelou o diretor da Anvisa sobre a mudança na metodologia. “O novo Para não foi discutido com a sociedade e nem com as vigilâncias sanitárias estaduais. O foco do programa sempre foi mostrar o número de produtos com risco de





contaminação crônica elevado, e agora parece que somente a contaminação aguda tem relevância". Jarbas argumentou que o método é utilizado pela Organização Mundial da Saúde e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e repeliu qualquer sugestão de que a Anvisa tenha sido cooptada pela indústria dos agrotóxicos. "A agência tem um corpo técnico sério, honesto, comprometido e qualificado. Ninguém da Anvisa está na mão de indústria nenhuma".

À *Radis*, Pedro criticou não só a mudança na metodologia como também a forma de divulgação dos achados, que falava em 99% das amostras livres de resíduos de agrotóxicos que representam risco agudo para a saúde. "A possibilidade de contaminação crônica, em que uma pessoa pode desenvolver câncer ou outras doenças pela ingestão de agrotóxicos, é de 19,7%, mas esses dados ficaram apagados pelos da contaminação aguda", disse.

Ele também observou que 1% não deve ser considerada uma chance pequena de infecção aguda, e sim "altíssima": "Um brasileiro leva cerca de um mês para comer 100 alimentos que pertencem à lista dos analisados, e um deles pode causar infecção em até 24 horas", destacou. No caso das laranjas, a cada 100 consumidas no país, 11 podem causar infecção aguda. "É perigoso uma agência de saúde reconhecida dizer que 99% não causam dano nenhum", resumiu. Jarbas, por sua vez, defendeu o texto da Anvisa: "Não é apenas uma frase, é um achado científico". Nas palavras dele, o relatório da Anvisa se sustenta porque "é baseado em técnica, em ciência".

Na plenária de encerramento do Simbravisa, os participantes aprovaram por aclamação manifesto crítico sobre o Para, elaborado a partir de reunião dos grupos temáticos Saúde e Ambiente, Saúde do Trabalhador e Vigilância Sanitária da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), do Grupo de Trabalho sobre Agrotóxicos da Fiocruz, de vigilâncias sanitárias de alguns estados e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. "A metodologia adotada de forma unilateral pela Anvisa, sem a efetiva participação das vigilâncias sanitárias estaduais, da comunidade acadêmica e da

sociedade civil restringe o escopo de análise técnica e leva à ocultação dos perigos à saúde da população e irregularidades ocorridas no processo de produção de alimentos", diz o texto, que afirma que o indicador de risco agudo de intoxicação utilizado não se encontra amparado pela legislação sanitária brasileira, conforme citação do próprio relatório.

A nota também critica a comunicação da Anvisa, que segundo os pesquisadores induziu a uma falsa percepção da sociedade sobre os perigos do consumo de alimentos com agrotóxicos. "Os perigos e os riscos devem ser sempre explicitados e alertados para que as políticas públicas e a população estejam sempre atentas às medidas de defesa da saúde e do meio ambiente. 1% de risco de intoxicação aguda é inaceitável!". O texto fala ainda sobre a exposição de trabalhadores e moradores em áreas de pulverização e outras que são atingidas em todo o país, não somente na agricultura, mas na área urbana, em toda cadeia produtiva, desde a produção, comércio, circulação, transporte, uso na agricultura, veterinária, na saúde pública e silvicultura.



O gosto amargo do CIGARRO



Estava previsto para 30 de novembro, enquanto acontecia o 7º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 4874) ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2012, contra parte da lei federal que criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a resolução que proibiu a comercialização de cigarros com aditivos de aroma e sabor. A Anvisa vetou, naquele ano, a importação e a venda de cigarros com gosto ou cheiro de frutas, chocolate, mentol e cravo, por exemplo. O julgamento acabou adiado, mas continua na pauta do STF.

A decisão da agência não está valendo, pois em 2013 a ministra Rosa Weber concedeu liminar suspendendo os efeitos da resolução. A CNI afirma que a norma causaria dano grave à indústria do cigarro, além de representar um risco de distorção concorrencial entre as empresas. E também questiona o papel da Anvisa na regulação do setor. No texto da Adin, a confederação afirma que a agência age como se tivesse “delegação legislativa em branco” e proíbe produtos “mesmo que não representem risco real ou iminente à saúde”. Em 2013, a Anvisa manteve sua posição de suspender os aditivos, depois de convocar um grupo de trabalho com especialistas brasileiros e estrangeiros para avaliar pedido de reconsideração da permissão de 145 substâncias associadas ao tabaco.

Às vésperas da data então prevista para o julgamento no STF, a coordenadora do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da Fiocruz, Valeska Carvalho Figueiredo, enviou carta aos ministros da corte mostrando que, dentre os 579 mil estudantes de 12 a 17 anos que haviam fumado no mês anterior à participação no Estudo de Riscos Cardiovasculares entre Adolescentes (Erica 2013), 56% recorreram a cigarros com sabores.

“A ação principal desses aditivos é a de melhorar o sabor da nicotina. Com isso, se facilita a iniciação de jovens no fumo”, observou o ex-ministro da Saúde e ex-diretor da Anvisa Agenor Álvares, em entrevista à *Radis*. “Fumar não é um hábito, é dependência”, alertou ele, ressaltando que os sabores tornam mais palatável a nicotina e, assim, um maior número de crianças e adolescentes passam a aderir ao uso dos produtos derivados de tabaco. “Quando o fumo começa na adolescência, fica mais difícil lá na frente parar de fumar, porque gera uma dependência. A indústria sabe disso”. Uma ação em que a justiça americana obrigou os departamentos de marketing da indústria a abrir os seus arquivos mostrou que as estratégias eram exatamente utilizar aditivos, aromas, gostos que fossem do agrado da juventude exatamente para atrair e fidelizar novos consumidores, informou.

“Indústria do tabaco é nefasta”

Diretor da Anvisa no momento da proibição dos aditivos, o ex-ministro da Saúde José Agenor Álvares da Silva conversou com *Radis* nos corredores do Simbravisa sobre a expectativa para o julgamento da Adin proposta pela CNI. Ressalvando que não acreditava que o tema fosse entrar em pauta naquele momento, Agenor alertou para os riscos à saúde da população e à capacidade regulatória da Anvisa que estarão em jogo quando, finalmente, o STF julgar a comercialização de cigarros com aditivos de aroma e sabor. “É uma luta muito inglória, defender a saúde das pessoas diante de lobistas que estão brigando para aumentar o lucro dos acionistas das empresas de tabaco”, disse ele, que teve seu trabalho no combate ao tabagismo premiado pela Organização Mundial da Saúde.

Que impacto a votação pelo STF da ação de inconstitucionalidade proposta pela CNI pode ter sobre a autoridade da Anvisa?

A votação pode gerar dois impactos que devem ser observados com cuidado. O primeiro, relativo ao próprio objeto da Adin: se o Supremo derrubar a decisão da Anvisa, estará indo contra evidências científicas do mundo inteiro. Todas as pesquisas da Europa, dos Estados Unidos e dos países em desenvolvimento demonstram que as substâncias utilizadas para aumentar a atratividade do cigarro para aquelas pessoas que já têm dependência química do tabaco são cancerígenas. O segundo impacto seria o de retirar da Anvisa a função de regular produtos com o objetivo de proteger a saúde das pessoas. E esse é um temor que temos. A Anvisa perderia totalmente sua capacidade regulatória, necessária para garantir produtos e serviços de qualidade para a população. Seria um grande risco, para a saúde e para a competência regulatória da agência.

A CNI alega que seria função do Legislativo decidir sobre o tema. Por que é importante para à saúde que esse tipo de regulação seja feita pela Anvisa?

Entre as competências da Anvisa, aprovadas no Congresso, está a de regular os produtos derivados de tabaco. Essa é uma de suas funções. Mas toda vez que uma regulação contraria interesses, a indústria aparece com o argumento de que cabe ao Legislativo decidir. Um exemplo são os anorexígenos, inibidores de apetite. A Anvisa proibiu em 2011 a produção e a comercialização de anfepramona, femproporex e mazindol e restringiu a prescrição da sibutramina. O Congresso, em 2014, sustou a decisão da agência. Mais recentemente, em 2016, o Congresso aprovou lei que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética [apelidada de “pílula do câncer”], por pacientes diagnosticados com tumores malignos, sem se preocupar com a segurança do produto nem com evidências científicas de que essa substância não tem eficácia terapêutica nenhuma. O Legislativo insistiu em uma ação meramente demagógica e sem sentido para satisfazer algum tipo de pressão. É um risco. As competências da Anvisa estão claras. Se forem flexibilizadas, a agência perde a capacidade de regulamentar qualquer produto disponível no mercado para as pessoas.



VALTER CAMPANATO/ABR

O Congresso está mais permeável à influência dos lobistas...

No caso do cigarro, sabemos que a questão é mais grave porque o lobby é fortíssimo. A maior causa de morte evitável do mundo são as doenças decorrentes do tabaco. É uma luta muito inglória, defender a saúde das pessoas diante de lobistas que estão brigando para aumentar o lucro dos acionistas das empresas de tabaco.

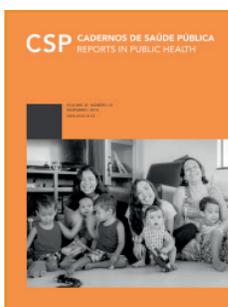
A experiência brasileira na regulação do tabaco é referência no mundo, por ter conseguido diminuir significativamente as taxas de fumo.

A política do Brasil, tanto de regulação dos produtos derivados do tabaco quanto de promoção da cessação de fumar, que são duas atividades do governo ligadas ao Ministério da Saúde, é muito positiva. De 1989 até hoje saímos de um patamar de prevalência de fumantes com mais de 15 anos de idade de 35% para 11%. A proposta do Brasil dentro do plano de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis é de que a prevalência chegue a 9% em 2022. A curva é descendente. A população está parando de fumar, devido a políticas públicas. Não estamos dizendo que as pessoas estão proibidas de fumar, estamos mostrando os perigos. É lógico que essa queda deixa a indústria preocupada, porque impacta seus lucros. E qual a estratégia dela? Empurrar os agricultores das culturas de tabaco para o jogo político, apagando consequências que eles não mostram. Por exemplo, uma nova doença altamente prejudicial, confirmada pelo Ministério da Saúde, é a doença da folha verde. Para os agricultores terem um rendimento melhor na cultura do tabaco, todas as pessoas da família participam da colheita da folha e do transporte do tabaco cru. Há evidências científicas da contaminação por nicotina nessas pessoas superior a de quem fumou anos e anos. (B.D.)

PUBLICAÇÕES

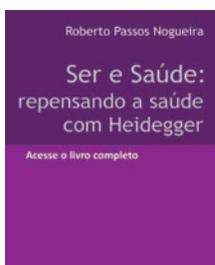
Direitos sociais

A perda de direitos sociais em 2016 dá a tônica do volume 32, edição 12 dos **Cadernos de Saúde Pública**, último de 2016, “um ano de perplexidade”, como se destaca no editorial, que faz uma análise sobre a conjuntura adversa e suas repercussões para o SUS. Os demais artigos tratam de austeridade fiscal, direitos e saúde, avaliando seus impactos na Educação e também nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Além disso, também abordam planos de saúde com cobertura restritas e a agenda privatizante no contexto de crise política econômica no Brasil. Cadernos traz ainda questões metodológicas e uma entrevista sobre o futuro da epidemiologia. A versão na íntegra está disponível em <https://goo.gl/1yZg60>



Saúde e Heidegger

Considerado um dos principais estudiosos brasileiros do filósofo Martin Heidegger, Roberto Passos Nogueira propõe em **Ser e saúde: repensando a saúde com Heidegger**, uma discussão que parte do conceito que pertence à tradição do pensamento metafísico. “De Aristóteles a Nietzsche, quem refletiu sobre o que são os entes em sua totalidade e sobre o que o homem tem de particular em relação aos demais entes, pensou também o que caracteriza a saúde”, diz o autor na introdução do livro, que defende que os conceitos de saúde e de enfermidade somente podem ser elucidados com propriedade quando se tomam por referência as respostas que foram dadas a essas duas questões fundamentais da metafísica. O livro está disponível em <https://goo.gl/0SRhGn>



Amamentação

O guia **Amamentação — Bases científicas** chega à quarta edição (Guanabara/Koogan). Organizado por Cristiane F. Gomes e Marcus Renato de Carvalho, reúne artigos de 63 pesquisadores que tratam de temas que vão da biologia às políticas públicas, passando por capítulos que avaliam práticas úteis para profissionais envolvidos na promoção e no apoio ao aleitamento. Nesta edição, o destaque é a ênfase dada às condições de alimentação do recém-nascido prematuro. “A prematuridade merece um cuidado especial dos profissionais de saúde para garantir o sucesso do aleitamento, devido à capacidade de suas mães de produzir um leite especialmente formulado para essas crianças”, destaca no prefácio Cesar Victora.



Tracoma e aids

Com o objetivo de ampliar o acesso à informação científica em saúde, principalmente em relação a doenças infecciosas e parasitárias, a 91ª edição do **Boletim Eletrônico da Biblioteca de Manguinhos** reúne material especial sobre aids e tracoma. O boletim dá acesso a revistas científicas, artigos e fontes qualificadas sobre os temas. Neste número, também estão à disposição para consulta links sobre acervo de inovação e propriedade intelectual, além de uma lista de eventos selecionados por profissionais do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz). O conteúdo está disponível em <https://goo.gl/9WxBJJ>



EVENTOS

3º Congresso de Política, Planejamento e Gestão em saúde da Abrasco



Com o tema “Estado e Democracia: O SUS como direito social”, o congresso propõe discutir os caminhos das políticas públicas na construção dos sistemas de saúde, as avaliações de experiências realizadas pelo SUS, o debate de temas como financiamento, judicialização, complexo econômico-industrial e as confrontações com as práticas desenvolvidas em outros países, entre outros temas.

econômico-industrial e as confrontações com as práticas desenvolvidas em outros países, entre outros temas.

Data 1º a 4 de maio

Local Centro de Convenções de Natal

Info <http://abrasconatal17.ufrn.br/>

5º Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas

A partir do tema “Espaço de afirmação, protagonismo e diálogo interculturais: descolonizando o conhecimento”, o encontro é um espaço que visa reunir estudantes indígenas do ensino superior e de pós-graduação de todo o Brasil, proporcionando a troca de saberes, discussão e socialização de experiências de pesquisas no ensino superior indígena, sobre saberes locais, educação, saúde, gestão territorial, direito, entre outros.



Data 18 a 22 de setembro

Local Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Info <http://bahiaenei.wixsite.com/v-enei>



A SAGA DO PEZINHO

Pai relata no Facebook os percalços para assegurar a realização do exame no filho recém-nascido em um laboratório privado e critica mercantilização do atendimento médico



Amigos ▾

Publicar



João Cavalcanti

14 de janeiro às 14:01 · 🌐

Pois é, Martin, te demos esse nome de guerreiro também por isso: a vida é uma estrada linda, mas acidentada e cheia de obstáculos. Você dormiu até muito bem para um moleque de cinco dias. Acordei bem disposto e já toquei a ligar, antes das 9 horas, praquele monte de laboratório (que tem o mesmo dono) para saber até que horas podia levar você, se todos os exames estavam cobertos pelo plano de saúde, quais documentos precisava levar, essas coisas... ..Forçosamente, em nosso primeiro passeio não fomos a um parque, mas a um lugar onde te furariam o pé. Vai doer, você vai chorar, mas é só um furinho — e é para o seu bem. Chegamos às 10h45min no Laboratório Lâmina Largo do Machado, onde me haviam dito que estava tudo garantido pelo convênio e que eu poderia levar você até 12 horas para fazer o exame... ..Já passara meia-hora quando o atendente me disse que, misteriosamente, a Amil Saúde não estava autorizando um dos exames. Perguntei por quê e ele manteve a cara de mistério. Pedi-lhe que ligasse para o plano. Ligou. A resposta? Não autorizamos. Simples assim. Resolvi ligar eu mesmo para a Amil. Enquanto aguardava, perguntei ao atendente, por descargo, quanto custava esse exame específico. R\$ 31. Ora, façamos essa bodega no particular então. Não vou ficar aqui mofando e me aborrecendo com um recém-nascido por conta de trinta merréis. O resto vai pelo convênio. Ok, senhor. Batia 11h30min, ou seja, 45 minutos depois de eu ter entrado num laboratório vazio com um bebê de cinco dias no colo, quando uma enfermeira, serelepe que só ela, vem saltitando e me diz, sem constrangimento nenhum, que não dá mais tempo para fazer o exame. Nessa hora, eu tive que mostrar pro Martin que apesar de ter nome de santo, e não de guerreiro, viro no Jiraya de quando em vez também. Olhei pra cara da sujeita e disse que não saía dali sem o teste realizado nem que todas as vacas da Índia tossissem de uma só vez e que ela chamasse a supervisora, o Seu Lâmina e o Papa pra que eu dissesse pra esse povo que me foi assegurado que meu filho poderia fazer o teste do pezinho até o meio-dia. Pois é, Martin, parece mentira, mas nesse nosso país, mesmo para usufruir de serviços pelos quais pagamos — caro! — as vezes temos que levantar a voz e arregalar os olhos. Por fim, deu-se um jeito. Mas, como cereja desse bolo solado, entramos lá e descobrimos que, pelo fato de um dos exames ter sido solicitado sem o convênio, teriam que furar você duas vezes para coletar amostras. Ou seja, é por causa da cretinice da Amil, que age, mais uma vez, de forma arbitrária, insensível e criminosa, e também por causa do descaso do Lâmina com o cliente que o seu teste do pezinho virou teste dos pezinhos, no plural. E um teste de paciência, de resiliência e da falta de limites e escrúpulos que as grandes corporações de saúde têm para lidar com pessoas. É a banalização do sofrimento, a mercantilização do atendimento médico. O fracasso humano. E digo mais: o próximo que vier falar pra mim sobre as benesses do privatismo vai levar na cara um cuspe monopolista e uma pranchada estatal.

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar



João Cavalcanti

17 de janeiro às 21:08 · 🌐

Depois da “saga do pezinho”, fui vacinar meu filho no Centro Municipal de Saúde Manoel José Ferreira. Público. Ao contrário do laboratório privado, que estava às moscas, o posto público estava cheio; Ao contrário do laboratório privado vazio, a informação dada ao telefone condizia com o serviço prestado; o atendimento foi desburocratizado e fomos imediatamente atendidos, afinal, recém-nascido tem prioridade.

P.S.1: Como pagamos pela saúde complementar, mas não deixamos, por conta disso, de pagar pelo SUS, escolhemos onde seríamos atendidos pela conveniência. Meus dois outros filhos já foram (muito bem) atendidos no Lourenço Jorge. Minha filha também já foi atendida no (excelente) Fernandes Figueira. Apesar disso, sei das carências e limitações do serviço público de saúde no Brasil, como sei que ele é sucateado não por ser público, mas por haver quem lucre muito com seu sucateamento — e subsequente explosão do mercado privado. Para quem tiver dúvidas a esse respeito, sugiro conversarem sobre saúde pública com ingleses, canadenses ou... cubanos.

P. S. 2: Enquanto escrevia isso aqui, uma pessoa (muito atenciosa) do Lâmina ligou para mim e pediu que eu narrasse os eventos para que ela tomasse atitudes. Desculpou-se e colocou o laboratório à disposição, na esperança de que um dia eu mude minha impressão sobre o atendimento. Agradei, mas chegamos, juntos, à conclusão de que vai ser necessário um pouco mais do que isso.

.....

SAÚDE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREVIDÊNCIA

.....

A CONSTITUIÇÃO GARANTE.
A GENTE DEFENDE.

RADIS
O NOSSO LADO É O SUS.